

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA CIDADÃ

ANDRÉ MARCELO RIBEIRO MACHADO

**PRÁTICAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO  
DESENVOLVIDAS PELA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO  
SUL:**

**Da filosofia à realidade**

Porto Alegre, julho de 2021.

ANDRÉ MARCELO RIBEIRO MACHADO

**PRÁTICAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO  
DESENVOLVIDAS PELA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO  
SUL:**

**Da filosofia à realidade**

Dissertação apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação  
em Segurança Cidadã da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Segurança Cidadã.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>.  
Melissa de Mattos Pimenta.

Porto Alegre, julho de 2021.

## CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro Machado, André Marcelo  
Práticas de policiamento comunitário desenvolvidas  
pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul: Da  
filosofia à realidade. / André Marcelo Ribeiro  
Machado. -- 2021.  
95 f.  
Orientadora: Melissa de Mattos Pimenta.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança  
Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Policiamento comunitário. 2. Aproximação. 3.  
Registro. 4. Território. 5. Confiança. I. Pimenta,  
Melissa de Mattos, orient. II. Título.

**André Marcelo Ribeiro Machado**

**PRÁTICAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DESENVOLVIDAS PELA  
BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL:  
Da filosofia à realidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Cidadã.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Melissa de Mattos Pimenta.

Porto Alegre, 29 de julho de 2021

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

---

**MELISSA DE MATTOS PIMENTA**  
Professora Doutora (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

**ALEX NICHE TEIXEIRA**  
Professor Doutor  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

**JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS**  
Professor Doutor  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

**EDUARDO CERQUEIRA BATITUCCI**  
Professor Doutor  
Fundação João Pinheiro

## AGRADECIMENTOS

Agradeço minha esposa Rejane Elena e meus familiares pelo apoio incondicional e afeto.

Aos profissionais da Brigada Militar que contribuíram para esta pesquisa.

Aos profissionais do Hospital da Brigada Militar, pela dedicação dispensada a minha recuperação.

Aos colegas da Pós-graduação em Segurança Cidadã pela parceria e preocupação.

À Professora Dr<sup>a</sup> Melissa, pela compreensão e incentivo, assim como seus colegas professores do Programa, sempre à disposição dos seus alunos.

Deus, as Suas misericórdias não têm fim, renovam-se  
a cada manhã!

## RESUMO

Esta dissertação analisa o desenvolvimento das ações de polícia comunitária e a adoção de indicadores de proatividade na Brigada Militar, nos programas de policiamento comunitário inspirados na filosofia de Polícia Comunitária, nas cidades de Passo Fundo e Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, através de uma pesquisa sobre os processos de normatização, planejamento e gestão que foram incorporados e aplicados pela Corporação. Também verifica os procedimentos adotados no registro de interação e aproximação feito por dois grupos de gestores e operadores do policiamento das duas cidades, no período de 2017 a 2019. Ao observar dificuldades como redução de efetivo, envelhecimento da frota de veículos, mudanças de diretrizes por trocas de governos e decisões dos comandantes das unidades policiais, o presente estudo denota a importância da responsabilidade territorial na execução da atividade de policiamento comunitário em face do afastamento e desvinculação do território durante a atuação das guarnições. Por meio de análises quantitativas e qualitativas a pesquisa apresenta os argumentos acerca da aplicação das diretrizes corporativas, relacionados com a identidade do policiamento, com a confiança dos policiais e com a qualidade dos serviços de segurança da comunidade. O trabalho conclui que os efetivos compreendem o papel da atividade de prevenção que estão contidas e representadas nas suas atividades. Porém as demandas por atendimentos as emergências e dificuldades de recursos materiais e humanos, induzem os gestores a posicionamentos sem base técnico-científica, contrariando até mesmo os princípios das diretrizes corporativas, concorrendo em prejuízo da manutenção do policiamento comunitário nestas cidades, com perda de identidade, confiança e de qualidade dos serviços de segurança comunitária.

Palavras-chave: Policiamento comunitário. Aproximação. Registro. Território. Confiança.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the development of community police actions and the adoption of indicators of proactivity in the Brigada Militar, in community policing programs inspired by the philosophy of Community Police, in the cities of Passo Fundo and Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, through research on the processes of standardization, planning and management that were incorporated and applied by the Corporation. It also verifies the procedures adopted in the interaction and approximation record made by two groups of managers and policing operators of the two cities, in the period from 2017 to 2019. Observing difficulties such as staff reduction, aging of the vehicle fleet, changes in guidelines for government exchanges and decisions of police unit commanders, this study denotes the importance of territorial responsibility in the execution of community policing activity in the face of the removal and untying of the territory during the performance of the garrisons. Through quantitative and qualitative analysis, the research presents arguments about the application of corporate guidelines, related to the identity of policing, the trust of police officers and the quality of the community's security services. The work concludes that staff understand the role of the prevention activity that is contained and represented in their activities. However, the demands for emergency care and difficulties in material and human resources lead managers to positions without a technical-scientific basis, even going against the principles of corporate guidelines, contributing to the detriment of the maintenance of community policing in these cities, with loss of identity, trust and quality of community security services.

Keywords: Community policing. Approaching. Register. Territory. Trust.

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1 - Estruturação da entrevista em relação aos objetivos.....p. 21
- Quadro 2 - Comparativo entre policiamento tradicional e comunitário.....p. 26



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Núcleos de Policiamento Comunitário em julho de 2017.....	p.15
Tabela 2 - Quantitativo das Ações dos Núcleos de Policiamento Comunitário em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019.....	p. 51
Tabela 3 - Quantitativo da Ações da Patrulha Escolar Comunitária em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019.....	p. 52
Tabela 4 - Quantitativo das Ações das Bases Móveis Comunitárias em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019.....	p. 52
Tabela 5 - Quantitativo das Ações da Patrulha Maria da Penha em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019.....	p. 53
Tabela 6 - Tabela 6- Quantitativo de atividades proativas em Unidades sem Programas Comunitários específicos.....	p. 54

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. METODOLOGIA, TÉCNICAS E AMOSTRA .....	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2 12	
1.2. HIPÓTESES .....	12
1.3 13	
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.4 AMOSTRA DA PESQUISA .....	14
1.5 COLETA E BASE DE DADOS .....	17
1.6 PESQUISA DE CAMPO.....	18
1.7 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	19
1.8 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	19
2. A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	22
2.1 A POLÍCIA FUNDAMENTAL À SOCIEDADE .....	23
2.2 A FILOSOFIA E A ESTRATÉGIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA .....	25
2.3 REFERENCIAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO OBSERVADAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....	27
2.4 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO JAPÃO .....	32
2.5 MODOS DE GESTÃO PROATIVA E COMUNITÁRIA APLICADAS NA BRIGADA MILITAR APÓS 2015 .....	35
2.6 MEIOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA .....	46
3. A METODOLOGIA APLICADA NA SOLUÇÃO DE CASOS: RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E A VISITA COMUNITÁRIA INTERATIVA .....	47
4. POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM NOVO HAMBURGO E PASSO FUNDO .....	50
4.1 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM PASSO FUNDO, RS. ....	55
4.2 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM NOVO HAMBURGO, RS. ....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	87
APÊNDICE ÚNICO .....	92
ANEXO ÚNICO.....	93
Ficha de Visita Comercial e/ou Ficha de Visitas Residenciais .....	93

## INTRODUÇÃO

Considerando o atual cenário de violência urbana e as dificuldades de enfrentamento, com eficiência, dos delitos nos espaços territoriais urbanos pela Polícia Ostensiva, onde o modelo de atuação policial tem sido questionado, tanto por especialistas quanto pelo público em geral e, após ter atuado em alguns momentos do desenvolvimento do policiamento comunitário desenvolvido pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, buscou-se investigar como foram construídos os argumentos e as formas de ação, de acompanhamento e registro destas, bem como os indicadores utilizados nas rotinas de interação entre Polícia e Comunidade, por gestores locais e lideranças comunitárias.

Este estudo visou compreender o esforço da Corporação para normatizar e reorientar as ações que pretendiam minimizar e identificar problemas gerais e pontuais, por meio desta pesquisa exploratória.

A violência e o crime têm sido a grande preocupação, especialmente nos grandes centros urbanos, vindo a debate o papel da polícia, sua atuação, eficácia e eficiência. A filosofia de Polícia Comunitária tem sido utilizada em programas de policiamento com a pretensão de reduzir os índices de criminalidade. Entretanto as polícias, sobretudo as brasileiras, têm diversas formas de empregar seus serviços a partir das suas competências e atribuições constitucionais, mas devem adequar o modo e as práticas no cotidiano para que estejam inspiradas nos princípios e na filosofia de polícia comunitária.

Têm-se a crença de que Polícia Comunitária é a Polícia que exerce seu papel com legitimidade que lhe é outorgada pela sociedade. Visa a resolução de problemas de modo eficiente, em que as ações de polícia devem evoluir para maior afinidade com os anseios da Comunidade, sem serem confundidas com Relações Públicas. O Policiamento Comunitário pode ser assim conceituado:

Policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens

físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ & BUCQUEROUX, 1994, p. 4).

A pesquisa buscou verificar como a filosofia de Polícia Comunitária foi apreendida e regulamentada pela Brigada Militar, tendo por base as experiências em Passo Fundo e em Novo Hamburgo, RS, com profissionais que contribuíram para a modificação e adaptação desta filosofia, oriunda do Estado Maior do Comando da Brigada Militar, por meio da criação e desenvolvimento de estratégias e ações, para propiciar melhor tomada de decisão em níveis de gestão de políticas públicas.

Também pretendeu verificar nos espaços territoriais, como se desenvolveu a aplicação desta iniciativa, e quais os impactos que tiveram nos procedimentos do público interno.

## **1. METODOLOGIA, TÉCNICAS E AMOSTRA**

### **1.1 Problema de pesquisa**

Este trabalho foi desenvolvido com base na seguinte pergunta: Como as ações preventivas propostas pela filosofia de Polícia Comunitária foram incorporadas e aplicadas pela Brigada Militar em Passo Fundo e Novo Hamburgo?

a. A adoção de indicadores de proatividade na Brigada Militar permitiu verificar a adoção de ações preventivas inspirados na filosofia de Polícia Comunitária propostos?

b. Os indicadores das atividades proativas corresponderam à realidade de interação efetuada pelos programas?

c. Qual a relevância, para os gestores e executores, dos procedimentos adotados no registro de interação e aproximação (relatório de visita comunitária, residencial ou comercial, palestras e acompanhamento de medida protetiva)?

d. Qual a importância da responsabilidade territorial na execução da atividade de policiamento comunitário?

e. Quais as dificuldades e problemas existentes na aplicação das atividades e registros?

### **1.2. Hipóteses**

Tanto em Passo Fundo, quanto em Novo Hamburgo, a BM estaria desenvolvendo e registrando ações de polícia comunitária. Assim sendo, esperava-se tal verificação, aplicadas de acordo com as Diretrizes da Corporação, nas respectivas comunidades e territórios da amostra, em razão do trabalho cotidiano

aplicado, decorrente do exercício da atividade rotineira e das estratégias implicadas nele, adaptado e inspirado na filosofia deste modo de ação. Ainda:

- a. Os indicadores das atividades proativas corresponderão à realidade fática de interação efetuada.
- b. Os gestores e executores efetuam os procedimentos preconizados para o registro de interação (relatório de visita comunitária, residencial ou comercial, palestras e acompanhamento de medida protetiva).
- c. Há identidade dos executores e gestores com o território em que se aplicam os programas de policiamento comunitário.

### **1.3 Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho foi avaliar como se deu o desenvolvimento das ações de polícia comunitária e a adoção de indicadores de proatividade na Brigada Militar, os quais foram desenvolvidos para representar as diversas ações preventivas inspiradas na filosofia de Polícia Comunitária, nas cidades de Passo Fundo e Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Também:

- a. Observar como foram aplicados ao policiamento comunitário os princípios norteadores dos Programas de Núcleos de Policiamento Comunitário, da Patrulha Escolar Comunitária, Bases Móveis Comunitárias e da Patrulha Maria da Penha nos Bairros específicos em Passo Fundo e em Novo Hamburgo.
- b. Identificar processos e indicativos que norteiam o planejamento e gestão das frações de policiamento comunitário voltado para as necessidades do Programa e da coletividade.
- c. Verificar a aplicação dos princípios propostos para cada programa como, por exemplo, a residência de PM nos Bairros que atuam nos Núcleos de Policiamento Comunitário (NPC), as visitas às vítimas no caso das Patrulhas Maria da Penha e, também, se a Visita comercial ou residencial preventiva nas Bases Móveis Comunitárias ocorre como o preconizado.

## 1.4 Amostra da Pesquisa

O processo de escolha das Unidades Operacionais pesquisadas ocorreu após a experiência do pesquisador, como chefe da Adjuntoria de Polícia Comunitária, a qual compunha a 3ª Seção do Estado Maior do Comando da Brigada Militar, de mês de janeiro de 2015 a outubro de 2017, por ocasião de sua criação.

Naquele período havia um importante trabalho de regulamentação de normas para a atuação do policiamento em face do Decreto Estadual nº 51.388, de 17 de abril de 2014<sup>1</sup>, que envolvia recursos pactuados entre o Governo Estadual, municípios e a Corporação, cuja decisão governamental foi implantada através do Programa de Policiamento Comunitário do Estado, tendo o Comando da corporação, no ano seguinte, determinado o funcionamento da pasta e agremiando o Grupo de Trabalho formado por especialistas no tema para validação e apoio das ações relativas.

Apesar de a filosofia de polícia comunitária ser um tema antigo na corporação, tendo sua Diretriz histórica datada do ano de 2001, era o primeiro momento em que havia uma forma prática definida em Decreto Estadual, como Programa de Policiamento Comunitário Estadual.

O desenvolvimento do modelo, definido como núcleo de policiamento comunitário (NPC), consistia em policiamento especial, com policiais residentes em determinados locais de regiões em cidades do RS, previamente definidas. Em dezembro de 2016 a Brigada Militar operava 115 Núcleos em 19 cidades, com 388 PM residentes em 267 Bairros, empregando 114 Viaturas, relacionando-se com 121 (cento e vinte e uma) associações de moradores, atendendo a uma população aproximada de 1.179.000 (um milhão, cento e setenta e nove

---

<sup>1</sup> DECRETO Nº 51.388, DE 17 DE ABRIL DE 2014. (publicado no DOE n.º 075, de 22 de abril de 2014) Institui o Programa Estadual de Policiamento Comunitário, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e cria Comitê Gestor. Estabelece a celebração de convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar e da Polícia Civil, e Municípios, com a possibilidade de participação conjunta de associações civis de interesse público e fins não lucrativos, que tenham por finalidade colaborar com ações comunitárias voltadas à segurança pública. nos Municípios com população superior a cinquenta mil habitantes.

mil) habitantes residentes nos diversos bairros que compreendem os perímetros de encargos dos PM dos núcleos.

**Tabela 1- Quantitativo de Núcleos de Policiamento Comunitário em julho de 2017.**

<b>Região</b>	<b>Municípios</b>	<b>Núcleos</b>	<b>PM</b>	<b>Viaturas</b>	<b>Bairros</b>	<b>População nos bairros</b>	<b>Associações de Moradores</b>
<b>Metropolitana</b>	Esteio	4	10	4	11	20.000	3
<b>Serra</b>	Caxias do Sul	26	75	26	15	149.795	22
	Farroupilha	3	9	3	11	17.293	1
	Bento Gonçalves	9	25	9	9	54.500	9
<b>Vale do Rio dos Sinos</b>	Novo Hamburgo	14	48	14	14	124.942	15
	Campo Bom	4	15	4	4	15.000	4
<b>Sul</b>	Pelotas	11	44	11	27	313.000	12
	São José do Norte	1	4	1	6	5.000	6
<b>Fronteira Oeste</b>	Rio Grande	14	56	14	49	126.000	12
	Uruguaiana	2	6	2	2	30.073	3
	Santana do Livramento	3	12	3	3	28.500	5
	Bagé	2	7	2	10	35.000	3
	Alegrete	2	8	2	13	20.000	8
<b>Planalto</b>	Erechim	2	8	2	7	40.000	6
	Passo Fundo	7	25	6	50	81.000	1
<b>Taquari</b>	Lajeado	4	15	4	18	49.131	4
<b>Missões</b>	Ijuí	2	6	2	13	35.000	2
<b>Alto Jacuí</b>	Cruz Alta	2	7	2	2	15.000	2
<b>Vale do Rio Pardo</b>	Santa Cruz	3	8	3	3	20.175	3
<b>Totais</b>	19	115	388	114	267	1.179.409	121

Fonte –Fichas descritivas de Programas- EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária 2016. (MACHADO, 2017, pg. 50)

Com este potencial de recursos envolvidos, havia a preocupação com a falta de normas operativas, além do risco de uma transição eventual do programa, sem o aproveitamento dos recursos em uso, sendo que havia possibilidade de não renovação de convênios no futuro.



Tendo a normatização operativa ocorrido por meio da Adjuntoria de Polícia Comunitária da Brigada Militar, assim como o fomento de várias práticas inspiradas nesta filosofia, como forma de transcender a existência meramente formal de convênio, ficou evidente a necessidade de um futuro acompanhamento das ações de incorporação da filosofia às práticas operacionais.

A partir da importância do acompanhamento destes trabalhos e de outros convênios, como os de nível federal e internacional do Sistema Koban, tornou-se mais evidente a necessidade de produção de conhecimento e desenvolvimento de indicadores, abrindo um leque para pesquisas mais pontuais como esta.

Visando uma definição de amostra, com base nestas experiências, observou-se que as regiões da Serra gaúcha já não eram as únicas que apresentavam atividades de referências no policiamento comunitário. As unidades da região do Vale do Rio dos Sinos e do Planalto, ao norte do Rio Grande do Sul, também possuíam um histórico de boas práticas nesta área.

Isto ficou mais evidente em decorrências das visitas técnicas<sup>2</sup> previstas pelos Peritos Japoneses no Acordo de Cooperação Brasil x Japão de 2015 a 2017, e oficiais de outras PM brasileiras às regiões do Estado.

Em função de um propósito de difusão e ampliação da filosofia de Polícia Comunitária para além do eixo Caxias do Sul e Bento Gonçalves (Serra), houve intenso estímulo e aprimoramento nas unidades do 3º Regimento de Polícia Montada (3º RPMon) o policiamento ostensivo nas cidades de Passo Fundo<sup>3</sup> e Novo Hamburgo<sup>4</sup>. Desta forma e, com base nestas experiências vivenciadas no

---

<sup>2</sup> Visitas técnicas eram ações previstas no âmbito do acordo de Cooperação Brasil-Japão para difusão da filosofia de Polícia Comunitária no Brasil de 2013 a 2017. Consistia na visita agendada pelo Policial japonês residente no Brasil, aos programas dos Estados e municípios. Era designado Perito do intercâmbio, posto que a referência era sistema Koban da Polícia japonesa. Suas visitas técnicas ajudavam a aprimorar e fomentar as boas práticas locais e nacionais, além de certificar o Estado partícipe, em relação aos estado-modelo, no caso do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

<sup>3</sup> Passo Fundo é um município brasileiro da região sul, localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul. É a maior cidade do norte gaúcho, sendo considerada cidade média, com população estimada em 204.722 habitantes, conforme dados do IBGE de 2020. A base econômica do município fundamenta-se na agropecuária e no comércio, além de contar com forte setor em saúde e educação. O PIB do município, em 2016 (IBGE), foi de R\$ 8.398.420.000 e a renda per capita de R\$ 43.183,62. A cidade é conhecida como "Capital do Planalto Médio" e, também, "Capital Nacional da Literatura".

<sup>4</sup> Novo Hamburgo é um município do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, situado no Vale do Rio dos Sinos, limítrofe a região metropolitana de Porto Alegre, com uma população estimada em

estado Maior da BM, foram escolhidas estas unidades operacionais para aplicação desta pesquisa.

## 1.5 Coleta e base de dados

A base de dados quantitativa se apoia nos Indicadores de Proatividade<sup>5</sup> da Brigada Militar, na Intranet da Brigada Militar, que foram criados mediante proposta deste pesquisador quando integrava a Adjuntoria de Polícia Comunitária na 3ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar, em dezembro de 2015.

Todo o Batalhão que desenvolve ações dos Programas de policiamento comunitário tem suas ações escudadas nas recomendações, normas e diretrizes da temática, as quais são canalizadas quantitativamente no site corporativo.

Na parte qualitativa, buscou-se a verificação de como se deu a adoção de ações e dos registros efetuados, assim como nos relatos dos atores policiais envolvidos. Esta pesquisa desenvolveu um estudo exploratório que “[...] permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” (TRIVIÑOS, apud DAL’LAGO, 2004, p. 161), no sentido de responder ao problema da pesquisa, com emprego do método qualitativo, sendo que “[...] não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema [...] por ser a forma para entender um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, apud DAL’LAGO, p. 161).

---

247.032 habitantes, com uma renda per capita de R\$ 35.013,5. Sua industrialização a transformou em um dos polos econômicos da região, cuja indústria foi inicialmente formada pela cadeia coureiro calçadista, sendo reconhecido como “Capital Nacional do Calçado”. Também é considerado um grande pólo comercial tendo o setor de serviços, uma de suas principais atividades econômicas.

<sup>5</sup> Os Indicadores de Proatividades são registros sediados na INTRANET/BM, Acesso rápido, MCOp. (Módulo de cadastro e operações), na Aba Consultas e resultados por operação, onde constam os dados das ações proativas do policiamento comunitário, inseridos por período, data inicial e final, onde é selecionada a Unidade PM ou município e pesquisar/registrar. Assim tem-se o relatório do resultado da operação “Policiamento comunitário”. O MCOp (Módulo de cadastro e operações é alimentado diariamente pela 3ª seção das unidades, através dos (BAs) Boletins de Atendimento produzidos e inseridos no aplicativo BMMOB.

A análise documental considerou o referencial teórico sobre o tema e os documentos institucionais que norteiam a atividade precípua da Brigada Militar, para dar suporte à interpretação das atividades desenvolvidas em relação à doutrina e normas em vigor.

## **1.6 Pesquisa de campo**

Cabe destacar que a pesquisa de campo e entrevistas se desenvolveram entre 2019 e 2020, antes da Pandemia do Coronavírus (Covid-19), sendo que o período de coleta de dados quantitativos abrangeu o período de 2017 a 2019, quando o sistema informatizado se tornou operativo no âmbito da seção responsável junto ao Comando da Brigada Militar.

Foram realizadas as seguintes tarefas nas Unidades Operacionais:

- Visita ao 3º RPMon e contato e interação com o comandante do 1º Esquadrão encarregado das atividades de policiamento comunitário na cidade de Passo Fundo; de setembro a dezembro de 2019,
- Visita ao 3º BPM com contato e interação com o comandante da Companhia encarregado das atividades de policiamento comunitário na cidade de Novo Hamburgo de novembro de 2019 a janeiro de 2020;
- Verificação de indicadores registrados pelas frações, fornecidos pela 3ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar (EMBM/PM-3);
- Entrevista com base em questionário aos gestores e executores dos programas em curso, com o intuito exploratório, formuladas com base nos objetivos a serem alcançados para responder ao problema;

## **1.7 Técnicas de pesquisa**

As técnicas de pesquisa utilizadas foram entrevistas com base em um questionário. Sobre o questionário foram colocadas perguntas de formas abertas, com o fito de obter uma visão inicial sobre as impressões do objeto da pesquisa, entre os policiais executores dos programas. Assim sendo, foram realizadas entrevistas com os oficiais gestores dos Programas de policiamento comunitário e com policiais executores dos programas.

Baseado nos questionamentos iniciais e apoiados nas hipóteses que interessam à pesquisa, as entrevistas permitiram ampliar as interrogativas, fruto de novas hipóteses, com novas informações diretamente dos entrevistados a serem preenchidos pelo pesquisador no momento da entrevista (TRIVIÑOS, 1987).

## **1.8 Coleta e análise de dados**

A interpretação dos dados coletados pela entrevista semiestruturada foi feita de acordo com o método de análise de conteúdo, conforme propõe BARDIN (1994). Este é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a indução de conhecimentos relativos à produção e recepção destas mensagens.

A interpretação dos dados consistiu em captar os conteúdos manifestados e contidos em todo o material coletado.

Assim, o discurso produzido pelas entrevistas considerado individual e, ao mesmo tempo, coletivo.

Levando-se em conta a percepção do pesquisador, tendo em vista as referências culturais, bases do conhecimento e formação próprios, a análise de conteúdo foi organizada em etapas: a preparação das informações, transformação

em unidades, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação (MORAES, apud DAL'LAGO, 2004, p. 167).

Foram pesquisadas separadamente duas unidades operacionais da Brigada Militar, sendo elas o 3º RPMon, em Passo Fundo e o 3º BPM, em Novo Hamburgo.

Duas categorias de PM foram entrevistadas distintamente: os gestores, cujo grupo foi formado por capitães comandantes de subunidades e seus tenentes subalternos ou sargentos auxiliares substitutos, formado por dois (02) oficiais em Passo Fundo e dois (02) em Novo Hamburgo.

No outro grupo, denominado de operacionais, sendo eles soldados ou terceiros sargentos, executores da atividade de policiamento nas respectivas Unidades foram sete (07) em Passo Fundo e sete (07) em Novo Hamburgo.

As atividades dos operacionais correspondem às definidas pela BM como Patrulha Escolar Comunitária, Núcleo de Policiamento Comunitário, Patrulha Maria da Penha, PROERD, Base Móvel Comunitária e Policiamento Ostensivo Geral.

**Quadro 1- Estruturação da entrevista em relação aos objetivos**

Recapitulação dos Objetivos	Questões elaboradas
<p>a. Observar como foram aplicados ao policiamento comunitário os princípios norteadores dos Programas de Núcleos de policiamento Comunitário, da Patrulha Escolar Comunitária, Bases Móveis Comunitárias e da Patrulha Maria da Penha nos Bairros específicos em Passo Fundo e em Novo Hamburgo.</p> <p>b. Identificar processos e indicativos que norteiam o planejamento e gestão das frações de policiamento comunitário voltado para as necessidades do Programa e da coletividade.</p> <p>c. Verificar a aplicação dos princípios propostos para cada programa como, por exemplo, a residência de PM nos Bairros que atuam nos Núcleos de policiamento comunitário (NPC), as visitas às vítimas no caso das Patrulhas Maria da Penha, assim como a Visita comercial ou residencial preventiva nas Bases Móveis Comunitárias ocorrem como o preconizado.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Vocês podem contar um pouco sobre as atividades/ações que desenvolvem no policiamento comunitário?</li> <li>2. Como vieram a integrar o programa de polícia comunitária?</li> <li>3. Quando começaram a atuar no Programa?</li> <li>4. As ações no programa são registradas?</li> <li>5. Quais os formulários utilizados? Que outras formas de controles são usados?</li> <li>6. Como os procedimentos adotados no registro de interação e aproximação (relatório de visita comunitária, residencial ou comercial, palestras e acompanhamento de medida protetiva) podem ajudar no acompanhamento das atividades de policiamento comunitário?</li> <li>7. Quais são as atividades que um policial comunitário executa, diferente de um policial de rádio patrulha regular?</li> <li>8. Qual a responsabilidade de vocês em relação ao espaço territorial na execução da atividade de policiamento comunitário?</li> <li>9. Vocês participam de reuniões comunitárias nas suas áreas? Como são as reuniões?</li> <li>10. Como os moradores se relacionam com os policiais que estão no programa? (Ex.: grupos de WhatsApp ou outras formas de interação.)</li> <li>11. Existem lideranças que se destacam?</li> <li>12. Além de reuniões comunitárias, que outros espaços existem para diálogo com os moradores?</li> <li>13. Quais as principais vantagens em ser um integrante do programa de polícia comunitária?</li> <li>14. Quais as principais dificuldades no desenvolvimento das ações de polícia de comunitária?</li> <li>15. O que poderia ser melhorado, em termos de implementação desse tipo de programa na sua localidade?</li> <li>16. O que é de fato necessário para que esse programa tenha sucesso?</li> <li>17. Há alguma observação que você gostaria de fazer ou acrescentar a essa entrevista?</li> </ol>

Fonte: elaboração própria

## 2. A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

As relações interpessoais estabelecidas pelos adventos da globalização e suas consequências nos hábitos da vida em sociedade, resultam em uma visão individualista.

Prover segurança pública passa por uma revisão do modo como gestores, assim como os executores policiais, desenvolvem seus papéis. Percebe-se uma desconexão entre o dever policial de repressão à criminalidade e o comprometimento do cidadão para com os processos de prevenção dos eventos conflituosos e delitivos, onde figura como vítima, assim como eventual falta de sensibilidade das organizações policiais em entender a forma de melhor resolver e encaminhar problemas que afligem comunidades.

A Constituição Federal, no seu Art. 144, na concepção de Constituição Cidadã, define que a segurança pública é direito, mas responsabilidade de todos, o que nos leva a inferir que, além dos policiais, cabe a qualquer cidadão uma parcela de responsabilidade pela segurança, onde o cidadão, na medida de sua capacidade, competência, e da natureza de seu trabalho, bem como, em função das solicitações da própria comunidade, deve colaborar no que puder em prol de sua segurança e do bem-estar coletivo.

### Capítulo III - Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
[...] (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Para mudar este quadro, visando melhorias na segurança pública, faz-se necessário estabelecer no seio da comunidade onde atuam as forças de segurança, uma relação social interativa entre os cidadãos e os organismos policiais, por meio de uma mudança postural e gerencial do organismo policial envolvido, bem como das forças comunitárias atuantes no teatro local, no sentido do crescimento social e da melhoria dos serviços prestados pelas instituições relevantes à segurança pública e, sobretudo, do estabelecimento da paz social.

Esta mudança implica uma nova estratégia das forças policiais, que tem sido constatada pelos estudiosos da área.

A estrutura hierarquizada, militarizada dos departamentos de polícia contrapunha-se à essência do verdadeiro profissionalismo. O policial dos escalões inferiores tornou-se um objeto a ser controlado, uma peça na máquina de controle do crime, cuja obrigação essencial era seguir ordens, agir de acordo com os códigos. Se tal fato serviu para propiciar certa uniformidade nos departamentos de polícia e eliminar abusos, acabou, também, inibindo talentos e ambições entre os policiais. (WALKER *apud* DIAS NETO, 2003, p.16)

A mudança em questão impende na capacidade das forças de segurança de transmitirem para a linha de frente - dos executores- autonomia para interagir em nome da administração e afinar a aplicação dos serviços, dentro de certos limites consentidos e permitidos pelas leis e regulamentos.

Assim sendo, a filosofia de polícia comunitária aplicada a ações efetivas, com a participação comunitária e a defesa da cidadania, se apresenta como uma forma mais efetiva e ampla de atuação do serviço público na segurança cidadã.

## **2.1 A polícia fundamental à sociedade**

Partindo do pressuposto de que a segurança é necessidade básica do ser humano, impõe-se uma mudança na forma de gerenciar, aplicar e aferir o trabalho policial rumo à obtenção de resultados favoráveis à segurança pública.

A gestão do serviço policial passa pelo conhecimento básico das necessidades que englobam os grupos humanos. Muitas questões que resultam em sensação de insegurança podem não estar relacionadas à falta de ações policiais, como por exemplo: infraestrutura urbana, iluminação pública (que condiciona a possíveis ações criminosas), a falta de espaços públicos de lazer, etc. Identificar essas deficiências, trazendo as autoridades que detêm a responsabilidade sobre a urbanização, contribui com o bem-estar e com a segurança dos locais onde as pessoas vivem.

Neste ínterim, é preciso reforçar que o policiamento comunitário não visa o assistencialismo, mas sim a participação social. Nessa



condição, entende-se que todas as forças vivas da comunidade devem assumir responsabilidades na minimização de riscos. Polícia Comunitária não é uma adição de policiais nas ações e projetos sociais, mas a ligação entre o meio e as condutas de segurança.

De acordo com GOLDSTEIN (2003) a polícia tem sido tradicionalmente ligada ao crime, assim como os médicos têm sido relacionados à doença. Mas no campo médico, a relação é muito mais específica, onde as doenças têm sido classificadas, os fatores que as causam têm sido isolados, programas preventivos têm sido desenvolvidos e testados, e a real capacidade do pessoal médico em prevenir e controlar doenças tem sido demonstrada.

Por outro lado, a polícia e a comunidade, em relação à criminalidade, muito do que se diz fica em um nível genérico, [...]. O problema é agravado porque a palavra é utilizada livremente – seja por políticos, pelos policiais e pela população em geral - como se tivesse um significado uniforme. (GOLDSTEIN, 2003, p. 48-49)

A noção de medo do poder das forças de controle do Estado está presente no senso comum, passando da família, pela escola e na sociedade, reforçada muitas vezes pela mídia, quando de uma ação irregular ou abuso de poder.

No desempenho do papel da polícia e a vivência cotidiana de experiências reais de violência, ou de abuso de poder, podem contribuir para fomentar e disseminar o medo da polícia. Assim, é importante frisar que a primeira imagem da polícia é formada na família e sua atividade e boas ações no cotidiano marcarão esta impressão nas crianças, desenvolvendo-se uma noção de como ela será percebida. O policial identificado com a comunidade, além de garantir segurança, deverá exercer função didático-pedagógica, pela sua postura e comportamento, visando a orientar a sociedade na educação e no sentido da solidariedade social (BALESTRERI, 2003).

A forma que a Polícia irá se apresentar no cotidiano será determinante para a formação da imagem positiva e inspiradora de confiança. Por certo não será nas ações necessárias dos momentos de repressão e combate a criminosos.

Assim, as mudanças nestas formas de atuar, quando condições de normalidade, com participação do policial na comunidade, orientando sobre sua própria segurança e, articulada com esforços do Estado, no

enfrentamento da violência de forma inteligente e pontual, por meio de um método de aproximação e interações rotineiras, darão maior legitimidade para uma Polícia que pretende ser "Comunitária".

## **2.2 A filosofia e a estratégia da polícia comunitária**

Para distinguir o policiamento comunitário em relação a qualquer outra forma de policiamento, devemos atribuir pontos específicos a esse esforço. Ele deve refletir a filosofia no nível de táticas e estratégias de operação. Se não for insistido neste aspecto, o policiamento comunitário será apenas imagem e impressão inicial positiva, que talvez até possa ser interessante às próprias forças policiais, mas que terá pouca importância efetiva para as comunidades, como SKOLNICK E BAILEY (2002) comentam:

[...] Devido ao fato de, no policiamento comunitário moderno, o "policiamento comunitário" ser tão popular- mas tão vago-, muitos vão concluir que se trata de um movimento somente retórico- isto é-, uma frase para tornar o policiamento mais palatável (SKOLNICK & BAILEY, 2002, p 15).

Sobre esses conceitos pode-se dizer que "Polícia Comunitária, [...] não é um conceito unívoco, mas antes um conjunto amplo de programas e práticas administrativas inspirados numa filosofia comunitária". [...] (KHAN, 2002, p.10). Sua compreensão passa por mudanças na forma de pensar e desenvolver a prestação de serviços públicos, da segurança pública e das relações entre a polícia e a sociedade.

Alguns princípios norteiam a atividade policial nesta vertente de prestação de serviços:

- A mudança de postura da administração da organização policial;
- Articulação das estruturas policiais com responsabilidade territorial;
- A resolução de problemas em parcerias;
- Por fim, a autonomia funcional e compartilhamento de responsabilidade entre o policial e o comando.

Isto sugere a reestruturação da polícia que permita aos cidadãos participar dos direitos e responsabilidades quando da identificação, priorização e solução de problemas, por meio de um policiamento descentralizado e personalizado.

Na articulação das estruturas policiais e a responsabilidade territorial na estruturação da polícia, que é verificada em outros países, vê-se uma forma direta de ligação entre a polícia e a comunidade local, através de definição de áreas para suas atuações, com estabelecimento de contatos diretos com as pessoas que servem. “Ao invés de se desenvolver como um serviço ambulatorial, os policiais da patrulha deveriam empenhar-se em conhecer a comunidade” (SKOLNICK & BAYLEY, 2002, p15).

Por isso é importante a colação de Quadro explicativo sobre as diferenças entre policiamento tradicional e policiamento comunitário proposto por PERES (1998):

**Quadro 2- Comparação entre policiamento tradicional e comunitário**

POLICIAMENTO TRADICIONAL	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
Altos e baixos próximos	Trabalho integrado
Autoridade imposta	Cooperação e pensamento criativo
Informações de alcaguetes	Informações dos cidadãos engajados
Policiamento pela intimidação	Estabelecimento de laços de confiança
Chegada após a ocorrência	Solução dos problemas por integração ativa
Demanda por condescendência	Necessidades compartilhadas
Trabalha com quantidade e generalização dos números	Qualidade e resultados direcionados
A polícia elabora e indica as necessidades	Comunidade indica suas necessidades
Controle pelo fone 190	Respostas rápidas aos chamados
Especialização – perícia	Parceria
Reativa	Cooperativa
Corrupção intrínseca	Corrupção dificultada
Carência no que concerne à redução do medo	Redução do medo do crime

Adaptado de PERES, 1998 p. 10.

No princípio de resolução de problemas em parcerias, a solução de casos é o que define, grosso modo, a eficiência do trabalho policial. Se a polícia reconhece que sua atividade principal é auxiliar a comunidade a resolver seus problemas, haverá por parte das pessoas um constante crescimento de confiança na polícia.

Por fim, para que haja autonomia funcional e compartilhamento de responsabilidade policial, onde os policiais devem ser capazes de organizar grupos comunitários, sugerir soluções para os problemas do bairro, ouvir comentários críticos, registrar e buscar cooperação, é necessário um novo tipo de policial, bem como um novo tipo de comando” (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 32).

O resultado dessa forma de atuação, impacta na segurança subjetiva. A sensação de insegurança pode ter causas em diversos fatores. Pela sensação de impunidade, pela estrutura do aparato repressor do Estado, por sua ineficiência em detectar os fatores que causam o crime e sua ramificação no seio da sociedade, entre outros.

O aumento da presença policial pode resultar em maior confiança na polícia, mas também incentiva a notificação de crimes pela população, podendo resultar no aumento dos índices oficiais de criminalidade, mesmo que esta criminalidade venha objetivamente caindo.

Já o contrário, pode-se verificar que “[...] quando não existe a relação de confiança, o que impera é Lei do silêncio, a subnotificação de crimes, a liberação de suspeitos por ausências de provas”. (KHAN, 2000, p. 22).

Deste modo, a polícia articulada e próxima às comunidades pode promover bem-estar, seja pelo aumento de efetividade, seja pelo estabelecimento de relações de confiança essenciais a promoção de “sensação de segurança”.

### **2.3 Referencias do policiamento comunitário observadas nos Estados Unidos da América**

No começo do século XX, os Estados Unidos experimentaram momentos distintos quanto à atuação da polícia. Inicialmente, houve o fortalecimento dos

comandos dos policiais, removendo o controle da polícia dos mecanismos políticos tendo a supervisão e controle da polícia por mecanismos externos (supervisão civil).

Segundo Oliveira (2021) no período de 1914 a 1919, Arthur Woods, Comissário de Polícia de Nova Iorque, começou a difundir a ideia de Polícia e comunidade, através de uma série de conferências na Universidade de Yale. Inovou ao criar o policial júnior e ao visitar as escolas, podendo suas ações serem consideradas uma primeira versão do policiamento comunitário nos Estados Unidos.

A partir da década de 60 algumas pesquisas nos EUA constataram a ineficácia do “patrulhamento preventivo de rotina” com relação à diminuição da criminalidade e ao medo do crime. Esta atitude foi fortalecida com o Relatório da Comissão Presidencial sobre Policiamento e Administração da Justiça (Comissão do Crime), em 1967, o qual afirmou que a polícia sozinha não seria capaz de preservar a paz e controlar distúrbios (OLIVEIRA, 2021).

Estas pesquisas apontaram que o aumento do número de policiais, o patrulhamento aleatório, o patrulhamento intenso, o tempo de resposta e as investigações criminais não eram suficientes para a redução da criminalidade.

A viatura se apresentava como a solução para os problemas de segurança, sendo dada ênfase a este processo, dotando cada policial com uma viatura, pois o patrulhamento com o automóvel cobria um espaço maior e com maior rapidez (BITNER, 2003). Com o passar do tempo a viatura afastou o policial da interação com a comunidade, pois este passou a se preocupar apenas com atendimentos de chamadas.

A alternativa do policiamento comunitário, com a proposta de engajar a polícia e a comunidade, foi percebida e verificada também em viagem de estudos<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O pesquisador Tenente Coronel André Marcelo Ribeiro Machado, da Brigada Militar de Passo Fundo, frequentou ao Curso de Operações Policiais Especiais no Condado de Broward Flórida, EUA, em setembro de 1997, ocasião que teve os primeiros contatos com policiais comunitários em bairros de imigrantes latino-americanos em Miami e região.

aos Estados Unidos da América, em meados de 1997 e depois em 2016<sup>7</sup>, nas exposições e diálogos com autoridades nas cidades visitadas pelo pesquisador.

Destes relatos, registrados em documentos institucionais e em publicação de livro<sup>8</sup>, pode-se dizer que as forças policiais (Departamento de Polícia) são originárias e organizadas nos municípios, subordinadas ao Prefeito da cidade. Contam com estrutura hierarquizada ao modo militar, porém com menos níveis, executando o policiamento ostensivo uniformizado, a investigação criminal, inteligência e polícia científica no perímetro urbano.

A atuação da Polícia norte-americana e suas práticas de integração com a comunidade, foram muito difundidas nas PMs do Brasil, especialmente com as contribuições referenciadas por autores como TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, e que passam a ser aqui abordadas, de acordo com estas ideias e conforme foram observadas.

a) Responsabilidade territorial e jurisdição: A área territorial de um município sob responsabilidade de um departamento é dividido em pequenas parcelas, denominadas “beats” e definidos por critérios de número de crimes ou pela circunscrição de um bairro ou distrito. Todos os policiais do departamento recebem por responsabilidade uma área, onde realizam a sua rotina seja na interação proativa ou reativa, respondendo por pelos índices de crimes ocorridos em suas áreas de responsabilidades. O deslocamento para outro espaço é ocasional quando há uma ocorrência que requer seu despacho ou apoio.

b) Integração Comunitária: Este esforço estratégico que parte da Instituição policial deve ser retroalimentada pela própria comunidade. Há muito trabalho para voluntários, organizados pelos municípios e pela polícia para auxiliar na vigilância de costumes, orientações e palestras preventivas bem como no apoio às ações sociais que a polícia promove.

---

<sup>7</sup> Em março de 2016, a convite do Consulado Norte-americano em Porto Alegre, RS, o Major PM RS André Marcelo Ribeiro Machado frequentou o Programa Internacional de Lideranças Visitantes nos EUA, em viagem de estudos e visitas a diversos departamentos policiais e organismos estatais de segurança e da sociedade civil, com ênfase na temática Policiamento Comunitário. Roteiros foram desenvolvidos nos Estados de Washington, Maryland, Virgínia, Alabama, Ohio, Utah e Califórnia.

<sup>8</sup> O livro Polícia Comunitária. Boas práticas na gestão da segurança pública. Porto Alegre. Editora Spazio Itália. 2017 do Tenente Coronel André Marcelo Ribeiro Machado.

c) Atuação em áreas vulneráveis de forma ampla: A polícia norte-americana utiliza um modelo amplo do Departamento de Justiça Americano que visa coordenar e apoiar os esforços de controle de gangues locais, de forma colaborativa, baseada em evidências e dados, com análise estatística criminal e georreferenciadas, compartilhada com os municípios na coleta e monitoramento de gangues, além dos recursos para resolver os problemas. As estratégias são: a mobilização comunitária, oportunidades de emprego e bolsas de estudo ofertadas, intervenção social, supressão de gangues e promoção de desenvolvimento econômico e social de residentes nos bairros, as quais devem ocorrer simultaneamente, protagonizadas pelos órgãos governamentais e sociedade organizada, uma vez que são dependentes entre si, para a redução da violência. Assim fica claro a responsabilidade coletiva sobre as questões de segurança da sociedade, levadas a efeito pelos departamentos policiais em conjunto com as estruturas de serviços dos municípios e do Estado, e complementadas por organizações não governamentais e sob orientações metodológicas proposta pelo Departamento de Justiça norte-americano. Alguns Departamentos Policiais criam equipes especializadas para reprimir gangues e, também, apoiar ex-membros de gangues. Trabalham na aproximação da polícia nestes ambientes e na orientação e encaminhamento de jovens a ocupações e serviços sociais, empregos e outras atividades alternativas.

d) Equipamentos sociais para atividades de apoio a jovens e crianças: Uma estratégia comum observada em alguns departamentos são as Ligas de Atividades Juvenis, onde são instalados Centros de Atividades que congregam uma pequena equipe de professores e um ou dois policiais comunitários em tempo integral (e fardados) desenvolvendo atividades com crianças e adolescentes de 8 aos 17 anos, após o horário escolar. Estes jovens desfrutam de um relacionamento com policiais encarregados e os pedagogos do município de forma positiva. Além da aproximação da polícia com crianças e adolescentes o jovem morador de áreas pobres tem seu tempo ocupado e recebe a proteção de situações de risco e exposição em ambientes sujeitos a crimes.

e) Organizações não governamentais: Atuam com recursos privados e estatais cumprindo os propósitos nas temáticas para os quais são fundadas. Por

exemplo, na defesa dos Direitos Humanos, na proteção contra a violência doméstica e na promoção da cidadania etc. Também chamou a atenção a preocupação das ONGs em ensinar as pessoas o sistema legal, não só no aspecto de denunciar e proteger contra abusos de poder, mas como o de reafirmar o papel da autoridade constituída, das autoridades policiais e seus papéis, dos deveres do cidadão.

f) Com voluntários assistentes de vizinhança: Os tradicionais programas locais de Assistentes da Polícia na Vizinhança nos EUA continuam sendo mantidos. Também chamados de “oportunidades de voluntariado”, são grupos de cidadãos voluntários com “apoio oficial”, porém “sem obrigação oficial de execução”. Presente em vários departamentos, esta modalidade persiste desde 1970 com objetivo de dar mais qualidade de vida aos residentes. As atribuições gerais destes assistentes são de patrulhar e observar a vizinhança, parques, escolas, comércios e propriedades de moradores, efetuando chamados à tropa regular da Polícia, em caso de atividades suspeitas. Contam com veículos de patrulha e rádio portáteis e são capacitados para comunicar o departamento em caso de intervenção policial ser requerida, desonerando das responsabilidades os policiais do departamento nas ocorrências não criminais, como acidentes de trânsito com danos materiais e isolamento de locais de crime, para que se ocupem com as emergências e chamadas de crimes. Também vigiam casas em períodos de férias e incrementam a visibilidade da Polícia para coibir crimes na vizinhança.

g) Com o programa de prevenção ao uso de drogas (DARE: Drug Abuse Resistance Education): A referência originária para o PROERD<sup>9</sup> (Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência) está enraizado nos Departamentos através de policiais voluntários, treinados para atuar

---

<sup>9</sup> No Brasil, o programa iniciou em 1992, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em uma parceria com o Consulado Americano. Já em 1993, o programa foi difundido por vários Estados brasileiros. Neste mesmo ano, o programa foi iniciado pela Polícia Militar de São Paulo, que também se tornou centro de treinamento no final da década de 90, produzindo ampla formação de policiais do PROERD e difundindo-o por vários Estados. Em 1998, os primeiros instrutores da Brigada Militar foram formados. Neste mesmo ano, o Capitão Júlio César Araújo Peres, formou as duas primeiras turmas no Rio Grande do Sul, no Colégio Estadual Piratini, iniciando a expansão do programa pelo Estado. (Histórico do PROERD - Brigada Militar em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historico-d0-PROERD>, 26 jun 21)



de acordo com a proposta educacional do programa nas faixas etárias escolares com a respectiva comunidade escolar.

## **2.4 O policiamento comunitário do Japão**

As informações também estão baseadas em observação de visita do pesquisador ao Japão, durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica Brasil X Japão<sup>10</sup> entre os anos de 2015 a 2017.

Neste país o policiamento comunitário remonta há mais de 140 anos, todas as suas estruturas estão baseadas em dois postos básicos de instalação policial: o Chuzaisho e o Koban.

O Chuzaisho, baseado em áreas distritais e rurais, em que há menor densidade populacional, é um escritório-base onde opera um policial e que funciona em sua residência, onde vive com sua família, sendo sua esposa telefonista e recepcionista, a qual recebe remuneração do governo para tal, sendo então o responsável pela segurança da comunidade do distrito.

O segundo, denominado Koban, é a base policial urbana que varia em número de policiais, porém conta com um Comandante local e equipe que atua 24 horas por dia, todo o ano, com área territorial que vai até onde inicia a área de outro, e assim sucessivamente, onde os policiais se revezam para a vigilância, patrulhamento, atendimento ao público e visitas aos residentes, de forma rotineira e personalizada.

---

<sup>10</sup> O Acordo de Cooperação Brasil- Japão foi firmado em 2013 por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) sob coordenação no Brasil pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para difusão da Filosofia de Polícia Comunitária no Brasil. Tinha por base o intercâmbio de Oficiais das PM conveniadas com a Polícia Nacional do Japão, com viagens de estudos recíprocas entre os policiais selecionados. O compromisso dos bolsistas era o compromisso de treinar, difundir e implementar atividades de polícia calcadas nos princípios e práticas de policiamento comunitário observadas e adaptadas. Também tinha por espinha dorsal o sistema japonês de policiamento comunitário denominado Koban. AS PM de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais eram considerados os Estados-modelos, para onde os PM de todo o Brasil eram inicialmente treinados e selecionados antes de irem ao Japão.

Neste ponto, destacamos a forma como a polícia japonesa se articula nas questões de polícia comunitária. Pode-se dizer que toda a polícia é estruturada para "ser comunitária". Os excedentes, complementos e funções diversas concorrem para o desempenho da polícia articulado por regiões e quadrantes, com ampla cobertura e ramificações em todo o país.

O Koban e o Chuzaisho são o centro das atividades da polícia no Japão. Isto explica por que "toda a polícia é comunitária" neste país. Estas formas de descentralização e ocupação territorial permeiam toda a nação. Não há espaço territorial que não esteja sob responsabilidade de uma destas estruturas policiais, com real capacidade de interação efetiva.

Cada estrutura de Koban e Chuzaisho é responsável por manter a segurança das respectivas áreas, levando-se em consideração as requisições e demandas dos moradores. A existência deles proporciona um senso de confiança aos cidadãos residentes, porque integra a estrutura organizacional com postos policiais em todo país.

A lei que regulamenta o funcionamento da polícia no Japão estabelece que os Koban e Chuzaisho sejam organizações subordinadas às delegacias de polícia. Estes postos policiais são, portanto, o "principal meio de execução do" policiamento da polícia japonesa, tendo como principais atividades a vigilância, as visitas às residências e comércios, além do patrulhamento ostensivo e campanhas de segurança; organização de reuniões comunitárias e guarda e entrega de materiais achados e perdidos (MACHADO, 2017, p. 70).

Uma importante estrutura dentro do sistema de segurança pública do Japão é a Comissão de Segurança Pública Nacional, criada em Lei Nacional, com o objetivo de manter a neutralidade política e democrática das polícias provinciais. Ela exerce a supervisão administrativa e é composta por membros que representam a comunidade. Cada uma das Províncias possui uma Comissão Provincial de Segurança Pública. A Agência Provincial faz o planejamento das atividades de polícia e submete este planejamento e o respectivo relatório de atividades a esta Comissão.

Assim como nos EUA, a Polícia e o Governo incentivaram a formação de grupos voluntários anticrime, especialmente a partir da década de 1990. Pessoas

idôneas, organizadas pela Polícia local, e por ela orientadas, se reúnem para "patrolhar" as ruas, vigiando atitudes e ações irregulares que atentem contra a tranquilidade e os costumes. Usam jalecos e designativos do programa, dando visibilidade e ocupando os espaços públicos, contribuindo significativamente para a redução de violações da lei penal. Segundo Machado (2017), em 2003 eram 3 mil grupos, envolvendo cerca de 178 mil pessoas. Em 2015 esta iniciativa já contava com 48 mil grupos, contando com quase 2 milhões e 750 mil civis participando. Também desenvolvem o patrulhamento civil voluntário com veículo. Estão autorizados a usar uma luz giratória azul, já que somente a polícia utiliza a luz vermelha. Esta prática conta com aproximados 10 mil grupos com 44 mil automóveis distribuídos pelo país.

Uma iniciativa da própria comunidade para orientar grupos sobre questões de segurança para adultos e crianças, é o teatro preventivo, que destaca os aspectos importantes para uma vida segura com orientações e alertas sobre infrações e fraude. Tem por objetivo internalizar nos pequenos a cultura de segurança e respeito a ordem social, além de ensinar como se proteger dos riscos iminentes como rapto, drogas e abusos.

Finalmente, a polícia japonesa agrega ainda a experiência do policial aposentado, utilizando seus serviços no interior da base Koban, com remuneração complementar e funções diferenciadas. Suprindo a falta de policial ativo, este servidor auxilia na vigilância interna e no atendimento aos cidadãos, por ocasião dos afastamentos periódicos dos policiais comunitários em ronda. Além de tomar conta da edificação, anota demandas dos cidadãos repassando ao Comandante do Koban, auxiliando também na condução de reuniões comunitárias em 2016 eram mais de 300 nesta função, distribuído em algumas cidades (MACHADO, 2017, p. 72).

## 2.5 Modos de gestão proativa e comunitária aplicadas na Brigada Militar após 2015

Para elaboração de estratégias de aplicação de policiamento comunitário na Brigada Militar, com o fito de transposição de filosofia para a prática, considerando também as experiências locais, o Comando da Brigada Militar, em janeiro de 2015, comissionou um grupo de Oficiais a iniciarem um trabalho de diagnóstico e incremento de práticas institucionais no policiamento comunitário baseados em referências nacionais e internacionais.

O modelo basilar aplicado pelas polícias militares brasileiras foi o estabelecido conforme o Decreto Federal nº 667, de 02 de julho de 1969, que lhe atribuía em nível dos Estados da federação o seguinte:

[...] Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições: a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; [...]

Nestas doutrinas, anteriores à Constituição Federal de 1988, os processos de policiamento foram definidos e estabeleceram práticas importantes. Ainda, pode-se observar, nas décadas de 1980 e 1990, o início das atividades de interação do policial com o público de forma mediada, em face das doutrinas policiais, especialmente com o incremento de radiopatrulhas baseadas em automóveis e coordenação por central, com tendências a apenas responder chamados e realizar atividades motorizadas.

As referências a uma polícia cidadã remetem ao final da década de 1990, em alguns estados e municípios da Federação, como na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e na Polícia Militar do Estado de São Paulo, no estabelecimento de doutrinas de Polícia Comunitária, este último a utilizar o modelo Koban. (MACHADO, 2017)

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 1956, na Capital do Estado, passava a executar o policiamento a pé, através do 9º BPM no Aeroporto Salgado Filho, Estação Férrea, Estação Rodoviária e ruas do Centro. Nos finais de semana, policiava bailes, festas, solenidades e eventos desportivos, comissionando duplas de policiais, batizadas de “Pedro e Paulo”, o que foi um marco fundamental na consolidação da nova forma de atuar, anteriormente baseada em quartéis com emprego geralmente em grandes frações e eventos especiais. Neste período começou a desenvolver o patrulhamento ostensivo no interior do Estado, empregando destacamentos policiais, com policiais residentes em prédios, com suas famílias, guarnecendo as regiões distritais rurais.

O rádio patrulhamento com o incremento de veículos, com rádios veiculares e guarnições para patrulhar e atuar cotidianamente através da unidade do Comando do Policiamento da Capital, como no 11º BPM, teve início em 1967. Este modo se ampliou até a década de 1980, através do policiamento de quarteirão nas diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Neste processo o policial era encarregado de patrulhar pequenas áreas a pé circunscritas em quadras de determinada área da cidade.

As cidades foram crescendo e, assim, a polícia foi assumindo novas tarefas, tais como o policiamento ambiental, as guardas prisionais, etc., e aprimorando outras, como o uso de tecnologias agregadas, dos Centros e Salas de Operações da Corporação, dos serviços de Emergência e Despachos de Patrulhas, avanços nas Técnicas e Táticas de Polícia dentre outras.

O policiamento de quarteirão foi sendo substituído, gradativamente, pelo policiamento rádio motorizado, haja vista que o contingente policial não cresceu na mesma proporção em que cresceram as cidades, bem como as demandas de segurança pública. Por conta desse fenômeno, o policial acabou se afastando da comunidade, e o que antes acontecia com grande frequência em razão da pequena extensão geográfica atribuída a um posto de serviço, deixou de existir. Os contatos diretos do policial com as mesmas pessoas, a possibilidade de melhor conhecer as rotinas do bairro, visando perceber rapidamente atitudes suspeitas ou a presença de indivíduos estranhos circulando por esses locais, deixaram de ocorrer por conta desse distanciamento. (SENASP, 2015, p. 242, Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária–Sistema Koban)

Em 2001 foi exarada a Diretriz de Polícia Comunitária, estabelecendo os princípios e fundamentos para a Corporação, adequando suas ações de competência à nova realidade Constitucional e social. Já a elaboração de conceitos e estratégias se deu após 2015, pela Adjuntoria de Polícia Comunitária e grupos de estudos, quando foram fomentadas e padronizadas práticas que pudessem exprimir fundamentos e princípios de consenso.

Considerando o quadro à época, destacaram-se dois modelos de polícias estrangeiras que, na percepção do grupo, serviram de referência às iniciativas de policiamento moderno na Brigada Militar, adaptadas às realidades estruturais e culturais da Polícia Ostensiva brasileira.

Sobre elas, apresentamos alguns aspectos gerais, que destacam as boas práticas e métodos de interesse, de experiências observadas nos Estados Unidos e no Japão, e as semelhanças nas atividades aplicadas no Estado do Rio Grande do Sul. Estas observações foram feitas *in loco*, por ocasião de viagens de Estudos em 1997 e em 2016 que nortearam a construção de Projetos neste Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2015, a Brigada Militar atualizou as normas para a execução deste Programa, tendo por base o diagnóstico feito pela Adjuntoria de Polícia Comunitária do Estado Maior da Brigada Militar e os entendimentos do Grupo de Estudo, composto por oficiais especialistas na temática, enfatizando a prática escudada na filosofia de Polícia Comunitária.

Estas normas permitiram que fossem replicadas outras formas de prevenção exitosas, além de um melhor conhecimento das ações pelos comandos. Hoje estão reunidas na Diretriz Geral da Brigada Militar nº 33/2015 de 17 de novembro de 2015, recepcionando as boas práticas do policiamento nos núcleos e apontando novas possibilidades de atuação, elencadas a seguir:

a) O Programa Institucional de Núcleos

No final do ano de 2013, um Programa de Policiamento Comunitário, denominado de Núcleos de Policiamento Comunitário (NPC) foi implementado no Rio Grande do Sul.

Esse programa foi baseado nas experiências de frações no interior do Estado, focado na atuação de policial residente em um bairro, onde exerce o policiamento. Nesta ocasião já estava em vigência o Acordo de Cooperação Brasil-Japão, sendo este modelo de atuação apontado como referência aos demais Estados da Federação.

A atuação do policiamento comunitário nesta forma ocorre através da divisão da área total de uma região em áreas menores, com responsabilidade atribuída a um grupo de policiais, aproveitando as potencialidades das relações comunitárias em regiões onde predominam populações residentes, em que pelo menos de um a três Policiais Militares são moradores e onde a participação popular é mais efetiva, pois é exercida através das associações de moradores e entidades setoriais e com os órgãos de segurança pública.

Assim, o Programa de Núcleos de Policiamento Comunitário regulado em Nota de Instrução Operacional nº 042/EMBM/2015, foi pensado como forma de não dispendir investimentos públicos em estruturas físicas e, também, incentivar e promover a responsabilidade territorial nos níveis de execução, com menores custos, podendo ser revisto à medida que deixar de ser necessária o vínculo de residente em determinada comunidade, sem que as realizações no programa deixem de ser úteis para o policiamento como um todo.

Os policiais integrantes são residentes das regiões de abrangência do núcleo de policiamento comunitário. A partir desta referência passam a organizar suas rotinas e escalas cotidianas.

Durante a jornada de trabalho devem elaborar um Relatório de Atividades Diárias e preencher as “Fichas de Visita Comunitária” específicas<sup>11</sup> constantes no anexo único. Realizam palestras e reuniões periódicas com os diversos segmentos da sociedade, visando ouvir as demandas da comunidade, bem como articular as estratégias de resolução dos problemas locais, em conjunto com a comunidade.

Os policiais são incentivados à moradia na comunidade mediante convênio e recursos dos municípios, mas ocorre a previsão normativa para que haja o

---

<sup>11</sup> As Fichas de Visitas Comunitárias são instrumentos de cadastros de estabelecimentos visitados pelos policiais em programas do policiamento comunitário. Servem também para registrar a visita efetuada e permitir consulta sobre informações úteis ao policiamento.

funcionamento de um núcleo de PM residente sem anuência de convênio, observado a metodologia prevista para atuação cotidiana dos policiais.

A ocupação de espaços, com interveniência preventiva e resolutiva de problemas, pode reduzir índices de violência e criminalidade e redução do medo do crime. Um Núcleo de policiamento comunitário compreende uma fração constituída por até três Policiais que moram no mesmo bairro e, utilizando a mesma viatura, revezam-se e apoiam-se para policiar a região delimitada.

#### b) A Patrulha Escolar Comunitária

A Patrulha Escolar Comunitária (PEC), foi inspirada nos princípios de polícia comunitária e na metodologia Koban, com a fixação de equipes, focadas em um segmento especial, enfatizando as visitas escolares pontuais.

Uma normatização estratégica da Brigada Militar em 2015 estabeleceu como grupamento obrigatório a ser constituído em nível Batalhão ou Regimento. Considera a escola como um dos principais agentes de socialização e com isto a proteção social deve se voltar para estes espaços.

A Patrulha Escolar Comunitária é organizada em equipes com treinamento em policiamento comunitário, escolar ou formados no Programa de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), mas também conta com integrantes do Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI).

Neste modo de atuação, os policiais militares devem ser selecionados e escalados, com o mínimo de rotatividade, de forma a permitir a familiarização com a comunidade escolar. A rotina e o planejamento são compartilhados pelos executores e comandantes, desenvolvendo palestras com orientações preventivas, atuação no trânsito, visita comunitária no ambiente escolar, semelhante à rotina desenvolvida pelos japoneses no policiamento comunitário.

c) Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher: a proteção às vítimas como princípio de polícia comunitária



Conhecida no Rio Grande do Sul como “Patrulha Maria da Penha”, em alusão a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a qual estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, esse programa foi a forma que a Brigada Militar encontrou para atender de modo qualificado e segmentado as demandas por proteção das mulheres.

Esta programação prevê a atuação preventiva pré e pós-delituais através de guarnições constituídas especialmente para este fim, onde as vítimas de violência doméstica passam a ser acompanhadas pela patrulha, após receber o registro policial e o deferimento de medida protetiva do poder judiciário.

Elas são visitadas, entrevistadas e, caso necessário, têm seu risco relatado ao Poder judiciário, para que medidas mais severas sejam adotadas. Mormente, prisões de agressores são feitas, em flagrante ou em decorrência de descumprimento de medidas impostas e verificadas pela equipe.

d) As Bases Móveis Comunitárias (BMC): ocupação de espaços com interação preventiva utilizando o sistema Koban

A partir da experiência dos núcleos de policiamento comunitário, em 2015 e 2016 foi desenvolvido o Projeto Piloto para a articulação de alguns efetivos em regiões usando veículos *motorhome*, denominados “Bases Móveis Comunitárias”, pontuando a prevenção de crimes no perímetro estabelecido.

A operação de Bases Móveis Comunitárias (BMC) se baseia na necessidade de se ter um efetivo em parte do período diuturno, dentro de uma área de responsabilidade territorial, sem dispender investimentos em estruturas fixas complexas, podendo desdobrar-se em atender mais de uma região, conforme a necessidade.

A Base Móvel foi pensada para que a BM pudesse realizar o policiamento na área de ação delimitada a partir deste veículo, com o uso viaturas radiopatrulhas, motocicletas, bicicletas e a pé, no perímetro aproximado de 2 a 3 km no espaço territorial, em locais que apresentassem incidência criminal que fosse recomendável a presença numa faixa horária determinada ou em determinados dias de semanas, repetitivamente.

O policiamento comunitário com este tipo de equipe carrega consigo a metodologia aplicável aos núcleos de policiamento comunitário e destacamentos policiais, desenvolvendo, na essência, as ações de policiamento semelhantes ao modelo Koban.

Os policiais destacados, além da capacitação focada na atividade proativa são empregados de forma exclusiva e executam os seguintes serviços tais como:

- Orientação a residentes e palestras locais;
- Identificar os segmentos comunitários nas cercanias e fortalecer a interação para a resolução de problemas;
- Mobilizar órgãos com responsabilidade constitucional na segurança, saúde, assistência e educação, dentre outros, nos bairros e distritos de atuação, fomentando a participação social local;
- Estabelecer parceria com serviços públicos e privados no encaminhamento de soluções e providências;
- Registros de ocorrências e lavratura de termos circunstanciados;
- Realizar entrevistas e interações no pós-crime para melhorar a prevenção e coletar informações de interesse do serviço;
- Catalogação de estabelecimentos e residentes no perímetro de atuação;
- Realização de visitas comunitárias assistemáticas ou agendadas, entrevistas, inspeção de locais de risco, por segmento público e privado, priorizando os serviços públicos, especialmente os de saúde, ensino e pequenos estabelecimentos comerciais locais;
- Efetuar abordagens qualificadas no âmbito da zona de responsabilidade;
- Realizar acompanhamento das ações de infratores e dos locais onde atuam, subsidiando com informações as demais frações da Unidade Operacional com vistas ao planejamento de ações e operações conjuntas;
- Formalização das necessidades de ações, omissões ou alterações de competência de outros órgãos ou instituições, acionando-os sempre que verificada demanda específica local, no intuito de solucionar o problema, com vistas a promover a integração e atuação destes nas respectivas competências;

Uma das atuações exitosas tem sido o emprego de Bases Móveis Comunitárias no Litoral gaúcho, que é referência para turistas da região sul e de países próximos, cuja população flutuante chega a ter durante o veraneio, nos meses de dezembro a março, quase 1,5 milhões de habitantes, número este que se assemelha à população da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Com isto, a Brigada Militar realiza a maior manobra de efetivos anualmente, conhecida como Operação Golfinho, deslocando de forma planejada para incremento no policiamento da região, quase mil homens de diferentes forças e unidades. A partir de 2015 foi obtida a aprovação de projeto piloto para empregar algumas Bases Móveis, com efetivos exclusivos treinados e preparados para realizar as atividades de Polícia Comunitária, sob a tutela de comandantes locais, utilizando o modo de atuação do Sistema Koban.

Os resultados foram satisfatórios, levando a cada ano a ampliação e incremento dos serviços oferecidos e das atividades focadas na prevenção e na antecipação resolutiva de problemas. Começou em cinco praias e, em 2017, ampliou a atuação em 7 praias com maior público circulante.

A despeito da oscilação do público, é possível evidenciar o impacto positivo e a inserção dos policiais junto aos comércios, prestadores de serviços, órgãos públicos e a população, que permanece sempre por um período razoável de dois a três meses naqueles pontos.

Ao término do período de veraneio, o Comando da Corporação determinou a sua ampliação e aplicação neste modo, em nove Batalhões da região metropolitana e serra, aproveitando o potencial humano e experiências.

As características da população, delitos e espaços urbanos nestas áreas recomendam um policiamento comunitário com mobilidade, com análise criminal, georreferenciamento e resolução de problemas e avaliação permanente. Encontrase em operação Bases Móveis em Porto Alegre e cidades da região metropolitana, como Canoas, Cachoeirinha, Novo Hamburgo e Esteio.

e) Modo de atuação em áreas vulneráveis

Balizada pelas referências dadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam as regiões com altos índices de pobreza, baixos índices de trabalho e renda dos seus indicadores sociais, a Corporação editou, em 2016, orientações de trabalho para áreas de vulnerabilidade social.

Após proposição do Grupo de Estudos dos oficiais na temática, a Corporação assim classificou:

Área de Vulnerabilidade Social, tanto em meio urbano ou rural, são espaços que apresentam fatores condicionantes à vulnerabilidade das pessoas, devido à pobreza, dificuldade de acessos a educação, cultura, saúde e renda. Vivência em ruas ou habitações precárias e em áreas irregulares, condicionadas eventualmente a depender de favores de outros para subsistência e estando sujeitos a influências comportamentais nocivas, para satisfação de suas necessidades básicas e fins culturais. (Nota de Instrução Operacional nº 041/EMBM/2015 da Brigada Militar).

Assim, enfatizou a relevância da delimitação e classificação de uma área vulnerável de interesse da Segurança, para agilizar a programação da atuação nestes locais com a missão de preservação da Ordem Pública pela ocupação de espaços, com mapeamento e identificação de ações e facções criminosas e promoção da interação com a comunidade, com ênfase na garantia do funcionamento de serviços públicos essenciais no ambiente.

Isto somente deverá ocorrer a partir de uma atuação integrada com outros órgãos e instituições responsáveis, para redução dos índices de violência e da vulnerabilidade social ao lado de estratégias e ações de Policiamento Comunitário visando à organização comunitária.

A compreensão do território como ponto de estabelecimento de criminosos em uma comunidade pode auxiliar na compreensão da violência que está vitimando residentes e policiais nas cidades. A relação destes criminosos com os espaços dominados pela criminalidade, as diferenças sociais existentes, as questões de interesse econômico, culturais e seus reflexos em atos violentos devem ser preocupações das unidades policiais.

[...] O aumento de assaltos e roubos que se tem verificado nas grandes cidades brasileiras e precisa, pois, ser discutido neste contexto. Por se constituírem nos centros dinâmicos do capitalismo no Brasil, suas grandes cidades representam espaços nos quais suas

contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência vivendo lado a lado com a mais flagrante miséria. [...] O que a realidade mostra é que, embora o capitalismo brasileiro tenha demonstrado uma natureza bem dinâmica, ele não é capaz de incorporar ao sistema produtivo toda a população em idade de trabalho (OLIVEN, 1989, p.16).

Em resumo, quem tem mais dificuldade de acesso às oportunidades também fica deslocado do ponto de vista territorial. Nesses locais desvalorizados, marcados pela ausência do Estado e das instituições públicas, é onde o crime organizado se instala.

A ilegalidade e informalidade, a ausência de proteção e a ausência das instituições de controle público propicia que as organizações criminosas tomem conta desses locais, fazendo seus estes territórios. [...] Portanto, assim como a violência se constitui em mecanismo de dominação por parte das classes dominantes, ela se transforma cada vez mais numa estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas (OLIVEN, 1989, p.17).

A organização criminosa se forma com base na população que habita esses locais. O crime organizado arma a população para servir aos seus propósitos e a submete; traz os jovens para seu serviço e os descarta quando bem entende. Os confrontos das facções entre si e contra o Estado geram violência e os conflitos dentro da sociedade armada facilmente se transformam em homicídios.

Um dos polos de indicação de criminalidade é o tráfico de entorpecentes, se apresentando como alternativa globalizada e marginal de economia dos atores periféricos, uma vez que advém de atividade de grande demanda no meio social e retorno financeiro (ZALUAR, 2004).

Segundo Zaluar (2004), a mobilidade social da população fica bloqueada, cooptada pela ordem criminosa, acentuando a exclusão social e impedindo o desenvolvimento do espaço urbano. A criminalidade se favorece da pobreza que se torna funcional para o crime e este contribui para aumentá-la, inclusive gerando novas exclusões pelo ingresso de jovens pobres na dependência e na criminalidade, na cooptação das comunidades carentes e no descrédito nas instituições da sociedade organizada.

Por outro lado, na sociedade moderna, segundo Young (2000), se apresenta um novo perfil de indivíduo social, do qual é exigido confiabilidade e capacidade de crédito. Nessa mudança da modernidade recente, ocorrem avanços tecnológicos, onde um evento pode hoje ser visto e gravado, para ser revisto, de maneira tão rápida, que uma atitude tomada isoladamente pode ser disseminada como uma norma de comportamento e com grande capacidade de influenciar aos outros e a ordem pública.

No caso, o policiamento utiliza-se das ferramentas e controles que a modernidade proporcionou e tendem a se refletir nas suas estratégias de operações; que, sem critérios e conhecimento objetivo das peculiaridades de cada área sob sua responsabilidade, poderá exercer um poder não autorizado pela sociedade democrática, embora pense estar defendendo-a.

A polícia e demais instituições da sociedade devem preparar-se para atuar junto ao público sujeito à vulnerabilidade social, especialmente por serem protagonistas e vítimas de violência. Por isso, ter consciência das forças que interferem na sociedade é fundamental para o exercício da atividade de polícia comunitária.

De acordo com Jock Young (2000), num período passado, prover emprego e bem-estar social era forma de inclusão. No contrato social moderno, emprego não basta. O bem-estar, o trabalho e a realização devem ser efetivos e promover identidade, e continuar evoluindo para um novo contrato social onde não é mais possível ao Estado e seus especialistas decidirem sobre os problemas e sim, permitir reciprocidade entre os cidadãos e o Estado na definição de prioridades necessárias (YOUNG, 2000).

A atuação policial unilateral nestes espaços não tem sido exitosa em longo prazo, pois ações de presença eventuais e prisões efetuadas resultam na retroalimentação de um ciclo de violência protagonizados pela criminalidade organizada e imiscuída no seio social, interferindo e impedindo a interação e o diálogo com as comunidades vulneráveis, através de ameaças e imposição de “leis do silêncio”.

Deste modo, o trabalho policial que passou a ser recomendado na BM/RS (Nota de Instrução Operacional nº 041/EMBM/2015 da Brigada Militar) tem como ponto de partida as seguintes bases:

- Articulações em Conselhos Comunitários de Segurança e ações em Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM);
- Articulação de mais de um tipo de Programa de Policiamento Comunitário, com fixação de efetivos (Núcleo ou Base Móvel Comunitária, Patrulha Escolar Comunitária, Patrulha Maria da Penha e PROERD);
- Delimitação territorial sob responsabilidade de Comandante de Unidade operacional, com ações planejadas de acordo com as demandas apontadas nas interações entre órgãos, instituições e lideranças locais;
- Harmonização entre repressão qualificada com Operações Especiais, Inteligência e Análise Criminal.

## **2.6 Meios de acompanhamento das atividades de interação comunitária**

A partir de 2016, iniciou-se um ensaio para formação de indicadores de proatividade dos programas do policiamento comunitário da Brigada Militar, por iniciativa da Adjuntoria de Polícia Comunitária do EM/BM, onde cada visita, medida protetiva e ações proativas empreendidas pelos PMs dos programas passaram a ser registradas e quantificadas.

As formas de registro deveriam ocorrer por meio de um Relatório diário, pelo preenchimento de Fichas de Visitas Comunitárias realizadas e por meio de um formulário padronizado pela Unidade local, a ser arquivado no comando a que se subordina a patrulha comunitária, conforme o tipo. Ao final, deveriam ser registradas no sistema de informações operacionais da Intranet corporativa, que se encontra disponível para verificação.

### **3. A METODOLOGIA APLICADA NA SOLUÇÃO DE CASOS: RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E A VISITA COMUNITÁRIA INTERATIVA**

A territorialização da polícia para melhor desenvolver a aproximação e legitimar suas ações corresponde à necessidade de fazer a adaptação das células policiais ao seu território, quer em termos de espaço físico, quer do espaço social e de como essas relações ocorrem, sendo então traduzida na reorganização de estruturas.

A célula, equipe ou guarnição, como modo de combate à violência assegura uma presença personalizada, regular e ostensiva nos bairros, favorecida pela dimensão de convívio que é proporcionada pela aproximação entre a polícia e a população. Mas, se ela somente atender a ocorrências da Central, e não tiver compromisso com determinado território ou segmento, será difícil que haja resultados positivos na prevenção.

Na viagem de estudos aos EUA em 2016, verificou-se que a maioria das polícias norte-americanas possuem uma área territorial de um município sob responsabilidade, onde um departamento é dividido em pequenas parcelas, denominadas "beats". Estas pequenas porções correspondem à extensão do Posto Policial Militar na cultura das organizações policiais militares brasileiras.

O beat ou posto é definido pela quantidade de ocorrências georreferenciadas, e de pontos sensíveis a serem protegidos, ou por bairro ou distrito que se aplica o recurso.

Em Salt Lake City, Utah, o critério vigente para estabelecer a responsabilidade territorial do posto do patrulheiro, segundo o Subchefe de Polícia Tim Doubt, são duas: na área urbana é o nível estatístico de ocorrências e, na área rural, ou subúrbio é o limite do bairro ou distrito considerado necessário.

Não há um espaço territorial sem cobertura policial diuturna e o indivíduo é responsável por metas perante sua chefia. Este fundamento tem por base a parcela fundamental da responsabilidade territorial que, além de responder por metas, está vivenciando as dificuldades pontuais conhecendo as pessoas da



região. As polícias que abandonaram este sistema tradicional perderam as características de interação comunitária. Por fim, perceberam que a falta de vínculo com a responsabilidade territorial reduziu a colaboração com a polícia, dificultando a atuação diante de distúrbios e ocorrências de alto risco.

Exemplo encontrado em Baltimore, Maryland, onde o Tenente Coronel Melvin T. Russel, do Departamento de Polícia noticiou a revisão da articulação da tropa no terreno, nos moldes tradicionais das “beats”, principalmente depois dos episódios de revolta popular em 2015, contra excessos policiais e morte, quando teve questionado seu papel, resultando em recentes péssimas atuações da Polícia, frente a manifestações e distúrbios.

A divisão de responsabilidade territorial independe do quantitativo de pessoal. Na verdade, a abrangência da área ou segmento poderá ser maior ou menor, conforme a região, sem abandonar a linha tradicional de subordinação militar, porém com adaptações em espaço e dinâmicas alternativas.

No modelo de policiamento comunitário adotado em São Paulo, Brasil, adaptado da referência japonesa, os efetivos de uma região onde está sendo desenvolvido o Programa de Policiamento Comunitário têm responsabilidade individual até o nível de logradouros. Cada policial tem uma parcela da região territorial do Bairro onde está fixado o posto.

A região sob a responsabilidade de um gestor deve ser dividida em partes iguais ao número médio de Policiais disponibilizados naquela região. Esta experiência foi desenvolvida também por este pesquisador na cidade de Sarandi, Rio Grande do Sul, através do Policiamento Comunitário Descentralizado em 2001, onde o território da cidade de aproximadamente 50 mil habitantes foi dividido em oito partes, sendo coberto diuturnamente por dois agentes; porém, cada um com sua responsabilidade de patrulhar cotidianamente uma parte exclusiva que lhes foi atribuída.

Em Porto Alegre, nos bairros Petrópolis, Jardim Botânico, Auxiliadora e Higienópolis, áreas de responsabilidade do 11º BPM, esse modelo também foi empregado, com seis policiais com motocicleta e dois outros apoiadores em radiopatrulha, cobrindo uma extensa região residencial, pelo período de seis meses, com impacto significativo na redução de alguns crimes, gerando

mais tranquilidade aos moradores. Neste caso, os policiais atuavam durante o horário comercial, em seus respectivos quartirões, individualmente, realizando visitas comunitárias e cadastros em condomínios e, também, abordagens a suspeitos. Sempre que necessitavam eram apoiados pela guarnição específica.

Depois de verificadas algumas aplicações em uso, tanto no país como fora dele, algumas práticas específicas chamaram a atenção. A essência do modelo Koban, da polícia japonesa, que preconiza a prevenção, requer a presença rotineira da polícia mediante visitas aos residentes e estabelecimentos de uma área adstrita a um posto. Este modelo acabou por servir de referência aos modelos de trabalho policial na Brigada Militar gaúcha.

Se, por um lado, os norte-americanos nos inspiraram com seus modelos de rádio patrulhamento veicular e, inclusive no Japão, por outro lado, é inegável a influência do Sistema Koban japonês de policiamento de proximidade ou local, nas Bases Fixas e Móveis em São Paulo e Minas Gerais e nos Programas de Núcleos de Policiamento Comunitário no RS, sobretudo nas Patrulhas Maria da Penha, que aplicam a visita preventiva nos endereços das vítimas de violência doméstica, com o intuito de reduzir os delitos, pela ocupação antecipada de espaços, frente aos possíveis infratores.

A visita comunitária é definida como a ação de aproximação do policial junto a determinado segmento ou pessoa. Na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, foi difundida como ferramenta para todos os programas de policiamento preventivo. Esta surge com o objetivo de fortalecer as ações policiais preventivas, por meio de entrevista e coleta de informações úteis ao planejamento operacional, assim como para o aumento da sensação de segurança.

Deve ser desenvolvida em substituição da estratégia tradicional de patrulha ostensiva geral ou ronda, ocorrendo no Segmento ou Subsetor de responsabilidade, com base em Planejamento prévio.

Para esta importante forma de aplicar na prática a filosofia de aproximação com a comunidade, e servir como alternativa efetiva de prevenção, nos Programas de Policiamento Comunitário da Brigada Militar, foi implementada a visita comunitária, com o preenchimento da Ficha de Visita Comunitária- em Anexo único-

e o devido registro no Módulo de Comunicação de Operação Policial (MCOP) da Intranet da Corporação.

Estas interações também consistiram em registro de informações referentes a delitos, visando a um atendimento personalizado, a fim de reduzir o trauma experimentado pela vítima, assim como coletar dados para fins de planejamento, persecução penal e de prevenção do delito tipificado no caso.

Nos Programas que foram desenvolvidos e citados anteriormente, após estes estudos, assim como no Japão, os policiais passaram a confeccionar e revisar as fichas de cadastro, especialmente criadas para tal. As visitas são realizadas sempre na área de ação do mesmo policial, mantendo o bom relacionamento com a comunidade e o conhecimento da localidade.

#### **4. POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM NOVO HAMBURGO E PASSO FUNDO**

Após obter os registros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no período de julho 2017 a dezembro de 2019, junto ao Módulo de Cadastro de Operações (MCOP), passou-se a observar os dados quantitativos relativos ao que foi denominado no sistema MCOP de “Operação Policiamento Comunitário” do que fora efetivamente registrado pelas unidades pesquisadas, de forma comparativa.

Esta modalidade de registro sistêmico da atividade proativa, com viés de prevenção do policiamento comunitário, rompeu um paradigma, uma vez que é usual das forças policiais somente o registro de prisões, apreensões e abordagens realizadas em quantidade tal, onde sua apropriação passa a ser considerada como “produtividade policial”.

Esse registro foi criado para mensurar ações de prevenção, computando outros fatores da atuação policial, dentre eles, a aproximação proativa dos locais e problemas que podem ser objeto ou alvo de delitos.

No período de 2017 até 2019, as Unidades do 3º RPMon (Passo Fundo) e 3º BPM (Novo Hamburgo) empregavam em comum efetivos nos programas de policiamento comunitário de Núcleos, Patrulha Escolar, Patrulha Maria da Penha e

PROERD. Entretanto, em Novo Hamburgo, o 3º BPM empregava uma Base Móvel Comunitária, sendo isto um diferencial, porém, exatamente no ano de 2019 passou a desarticular e mesclar todos os PM dos núcleos com o policiamento regular.

Os quantitativos a seguir demonstram o número de ações pontuais, em cada Programa específico ou geral observado, nas quais pode-se observar a quantidade de interações preventivas pelos programas, separados por tipo.

**Tabela 2- Quantitativo das Ações dos Núcleos de Policiamento Comunitário em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019**

	01/07/2017 até 31/12/2019	
	3 RPMON (Passo Fundo)	3 BPM (Novo Hamburgo)
Palestras sobre Segurança:	1.604	25
Reuniões Comunitárias:	345	73
Visitas Comunitárias – Comercial	4.071	3.765
Visitas Comunitárias – Residencial	2.850	1.675
<b>Subtotal</b>	<b>8.870</b>	<b>5.538</b>
Fonte - EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária		

Denota-se uma atuação inversamente proporcional na unidade com menor quantidade de efetivo neste programa, ou seja, em Passo Fundo, do que em Novo Hamburgo, conforme apontado anteriormente na Tabela 1 de quantitativos de núcleos existentes no período. Isto foi explorado nas entrevistas adiante expostas.

Com relação ao trabalho no segmento escolar, no mesmo período de 2017 a 2019 também se encontram registros de atividades proativas intensas pelas respectivas Patrulhas Escolares.

Chama a atenção o grande número de reuniões, palestras e visitas escolares em Passo Fundo, sendo bem evidenciado nos discursos dos entrevistados a estratégia inicial escolhida pelo efetivo dos programas, a qual teve por base de apoio as instituições de ensino nos principais bairros da cidade, onde havia maior vulnerabilidade social.

**Tabela 3- Quantitativo da Ações da Patrulha Escolar Comunitária em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019**

	01/07/2017 até 31/12/2019	
	3º RPMON (Passo Fundo) 3ºBPM (Novo Hamburgo)	
Aulas PROERD	1.348	600
Palestras sobre Segurança:	997	26
Reuniões Escolares	635	18
Visitas escolares – Particular	106	456
Visitas escolares – Pública	2.770	1.368
<b>Subtotal</b>	<b>5.856</b>	<b>2.468</b>

Fonte - EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária

No âmbito do emprego das Bases Móveis Comunitárias, que se apoia em um veículo motor-casa, cabe destacar que este recurso não foi disponibilizado em Passo Fundo. Somente a unidade de Novo Hamburgo possui um veículo destes. Entretanto, ao se verificar a tabela 4, vemos que também há registro em Passo Fundo deste tipo de programa. Isso se deve ao fato de seus efetivos terem registrado as ações quando empregados no Litoral gaúcho, na Operação Golfinho, para onde estes recursos são deslocados.

**Tabela 4 – Quantitativo das Ações das Bases Móveis Comunitárias em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019**

Período:	01/07/2017 até 31/12/2019	
OPM:	3 RPMON (Passo Fundo)	3 BPM (Novo Hamburgo)
BMC - Palestras sobre Segurança	0	41
BMC - Reuniões Comunitárias	9	15
BMC - Visitas Comunitárias – Comercial	18	1.691
BMC - Visitas Comunitárias – Residencial	0	919
<b>Subtotal</b>	<b>27</b>	<b>2.666</b>

Fonte - EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária

No 3º BPM a BMC há uma evidente atuação nas atividades de interação com residentes e comerciantes.

No Programa de Prevenção a Violência doméstica e contra a mulher pode-se verificar um grande número de atividades. A quantidade de vítimas sob proteção das equipes no período é semelhante. Entretanto, o efetivo de Passo Fundo desenvolve mais ações de prevenção por meio de palestras do que os de Novo Hamburgo, conforme demonstra a Tabela 5.

**Tabela 5 - Quantitativo das Ações da Patrulha Maria da Penha em Passo Fundo e Novo Hamburgo, 2017-2019**

Período:	01/07/2017 até 31/12/2019	
OPM:	3 RPMON (Passo Fundo)	3 BPM (Novo Hamburgo)
Vítimas cadastradas	688	596
Certidões confeccionadas	954	1.384
Medidas protetivas de urgência revogadas	21	67
Certidões de não localização da Vítima	144	38
Certidões de retorno do(a) agressor(a) ao lar	37	12
Certidões de término de acompanhamento	16	97
Certidões de recusa de atendimento por parte da Vítima	66	14
Certidões de fiscalização de MPU	0	0
Certidões de Vítima em situação de vulnerabilidade	46	25
Prisões em decorrência do descumprimento da MPU	20	20
Palestras sobre prevenção	439	41
<b>Subtotal</b>	<b>2.431</b>	<b>2.294</b>

Fonte - EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária

Nesses registros, foi verificado que há ações do policiamento inseridas na categoria dedicada às atividades proativas em unidades sem programas específicos. Neste campo, pode-se observar que, dentre as atividades do

policiamento ostensivo em geral, também há atividades semelhantes aos dos NPC, BMC e das Patrulhas Maria da Penha e Escolares. Isso demonstra um razoável grau de compreensão de que estas ações podem ser desenvolvidas por qualquer tipo de guarnição não enquadrada na programação específica do “comunitário”, termo utilizado pelos policiais empregados em atividades operacionais.

A compreensão dessa possibilidade sugere que, tanto gestores, (responsáveis por determinar esta inserção prevista em diretriz e normas), quanto os executores, a compreendem como função típica de rotina, tendo-a incorporado.

**Tabela 6- Quantitativo de atividades proativas em Unidades sem Programas Comunitários específicos**

	01/07/2017 até 31/12/2019	
	3 RPMON (Passo Fundo)	3 BPM (Novo Hamburgo)
Palestras sobre Segurança:	45	4
Reuniões Comunitárias:	100	8
Visitas Comunitárias - Comercial:	2.188	515
Visitas Comunitárias - Residencial:	575	107
<b>Subtotal</b>	<b>2.994</b>	<b>635</b>
Fonte - EMBM/PM3/Adjuntoria de Polícia Comunitária		

Por fim, depreende-se destes registros que há uma interação efetiva da Brigada Militar na execução de programa específico ou geral, onde consta a realização de um total de 22.732 (vinte e duas mil, setecentos e trinta e duas) ações no período de verificação.

Trata-se de um tipo de registro incomum na cultura policial e de alta relevância, uma vez que geralmente se encontram registros de abordagens, prisões e intervenções repressivas ou pós crime. Isso fez uma atuação média diária de aproximadamente vinte atuações preventivas e interativas devidamente constituídas por guarnição da Brigada Militar.

A seguir analisa-se as entrevistas com Policiais Militares de Passo Fundo e em Novo Hamburgo, em dois Grupos distintos de PM: os executores da atividade, sendo da graduação de soldado a sargento, denominados operador de polícia comunitária e os comandantes, do posto de Tenente a Capitão, denominados gestores de polícia comunitária.

#### **4.1 O policiamento comunitário em Passo Fundo, RS.**

O policiamento comunitário em Passo Fundo, segundo os gestores entrevistados, se deu em três fases. Uma fase nos anos 1990, com a instalação de algumas bases policiais como maneira de aproximação. Uma segunda fase, próximo aos anos 2000, com instalação de mais um posto. A terceira fase de 2015 até hoje, é a mais efetiva porque Brigada Militar passou a normatizar o policiamento comunitário.

Nas duas fases anteriores, o projeto era de cunho pessoal de determinado oficial e não havia continuidade. Porém na fase final, devido à metodologia e normas exaradas a respeito, o policiamento comunitário saiu do empirismo com a edição de diretrizes a respeito. Hoje os efetivos atuam através de visitas comunitárias, palestras e atendimentos de demandas que vêm da comunidade para a Brigada.

Em Passo Fundo então, o policiamento comunitário iniciou com uma fase nos anos 1990, o qual tinha uma filosofia principal era instalar bases policiais (postos) como maneira de aproximação. Na segunda parte ampliação do quantitativo destes postos de policiamento, onde também com o viés de aproximação. Mas na terceira fase que eu vivenciei né, foi a mais efetiva porque Brigada Militar passou a escrever sobre policiamento comunitário. Nas duas fases anteriores era o projeto pessoal de um oficial, né, onde o oficial ia embora e não tinha continuidade. Ressalta que na terceira fase, que participei, que foi a fase que mais me motivou porque o trabalho teve continuidade. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Em 2018 acabaram os convênios com o município no Programa de Núcleos de Policiamento Comunitário e a essência do núcleo de policiamento



comunitário não mais ocorre. Neste sentido, os gestores manifestaram o lamento pelo término dos convênios com o município, que celebrava a vinculação e residência de policiais em bairros específicos.

(...) o convênio e a troca de policiais também não foi possível na manutenção na sua essência como falei, a gente procura determinar em bairros, mas...é... não na essência não o policial que mora por exemplo, que reside num bairro, porque do contrário, vários bairros ficariam descobertos, e os bairros que eu falo aqueles de maior vulnerabilidade social, que incide traficância e a gente tenta estender da melhor forma possível. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Esta cisão se deu porque havia um enorme déficit de efetivos em toda a BM, bem como, na mudança de governo de 2018 para 2019, não houve incremento de recurso, nem humanos, muito menos materiais. A programação era regida por Decreto Estadual, porém o auxílio financeiro para a moradia dos PM residentes dos Núcleos ocorria por intermédio do município.

(...) então, a essência do núcleo de policiamento comunitário ela já não é mais cumprida aos moldes do que prevê as normas internas né. Mas a gente mantém o vínculo que se ainda assim nos principais três núcleos criou com as pessoas nos principais três núcleos hoje. Bairros São Luís Gonzaga e São Cristóvão, outro no bairro São José e Petrópolis e o terceiro foi colocado na...no bairro Vera Cruz. (...) A Brigada não abandonou o policiamento comunitário nesses bairros (...), mas priorizamos realizar a aproximação com o número maior de policiais do que sempre manter alguns fixos na atividade específica. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Os policiais continuam trabalhando nestas comunidades, mas não residem mais nestes bairros, conforme relata um dos gestores, sendo que foram acrescentados outros policiais às equipes iniciais.

O que mudou, por exemplo antes (...) ficava fixa ali, os residentes e atuavam nos mesmos bairros; atualmente vão se alterando as escalas de serviço, trocam -se os PM, mas mantêm-se as mesmas bases dos bairros ou dos núcleos. Mas a gente tem uma aproximação maior de policiais do que sempre manter os fixos. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Hoje atuam com a Patrulha escolar, Patrulha Maria da Penha, PROERD e o policiamento comunitário em geral, através de visitas comunitárias, palestras e atendimentos de demandas que vêm da comunidade. Com o tempo, policiais foram para outras funções e receberam novos efetivos com perfil de

policciamento comunitário que estão se integrando recentemente desde julho de 2019.

Com relação aos registros das atividades nos programas foi verificado que ao final de cada semana é feito um relatório dos policiais das patrulhas, comunitárias, escolares e “Maria da Penha”.

Todos ainda fazem o registro, tanto a Patrulha Maria da Penha, quais as visitas que ele fez, que acompanhamento, tem formulário específico, quais as visitas que fez, que acompanhamento de vítima está fazendo. Tem um formulário específico assim para a Patrulha escolar, constando em qual escola foi o horário, qual o público que atendeu e que palestra ministrou. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Os gestores informaram que, antes da formalização e implementação destas práticas de registros, não se podia mensurar as atividades como as visitas comerciais e residenciais na área de atuação dos policiais militares. O registro é estabelecido como uma obrigação para o executor. Assim diz outro gestor:

A questão do registro ela é justamente importante, porque, antigamente não se podiam mensurar as atividades e com o registro em tela fica muito mais fácil de mensurar, principalmente a questão das visitas comerciais e residenciais, né, na área de atuação dos policiais militares é, e muitas vezes nós fomos cobradas de, de... principalmente dessa aproximação do policial e nós não tinha como mensurar isso. Com esse registro né a gente tem como saber do policial que tal dia foi lá na comunidade ou se teve em tal lugar. Muitas vezes nós gestores fomos fazer visitas para ver se realmente estava acontecendo essa aproximação. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Isso permite concluir que os registros se tornaram um importante meio de conferir visibilidade à atuação dos policiais comunitários, para a própria corporação, que passou a incorporar essas práticas como atividade policial, reconhecendo-as como tal.

O PROERD também realiza o registro de suas aulas e interações, sobretudo nas turmas e quinto a sétimo ano das Escolas. A patrulha comunitária, escolar e patrulha Maria da Penha, ao final de cada da semana elaboram relatórios que são preenchidos e ficam arquivados. Segundo os gestores isto permitiu um feedback dessas boas práticas.

Para cumprir com essa aproximação de registro né, o policial tem uma ficha né, para visita, é realizada uma ficha de visita e esse policial fica com a obrigação e de efetivamente de tempo em tempo fazer naquele local. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Com relação à responsabilidade dos PMs em determinado espaço territorial, os comandantes entrevistados entendem que ter o policial em determinado bairro aumenta a confiança da comunidade e contribui para redução de indicadores criminais. Porém, não foi possível evitar a troca de policiais, porque isso afeta a cobertura de outros bairros, especialmente os mais vulneráveis, explica um gestor:

(...) a prática em si principalmente aqui em Passo Fundo se demonstrou eficiente neste quesito. Quanto mais o policial fica em determinado bairro, maior confiança da comunidade tem e conseqüentemente os índices criminais são reduzidos. Sim, tem absoluta relevância. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Observa-se que, apesar da mudança e da forma de aplicação do convênio aos policiais nos Núcleos de Policiamento Comunitário, as práticas de polícia comunitária em Passo Fundo dão atenção às doutrinas estabelecidas, e segue-se aplicando policiais com vínculo na região de trabalho mesmo que não sejam residentes.

O resultado da aproximação com as comunidades, que começou pelas escolas, tem sido positivo na prevenção e, também, principalmente a partir dos bairros vulneráveis que requerem uma maior atenção da polícia e agora gozam de uma pacificação social.

Na verificação da participação em reuniões comunitárias nas suas áreas, na existência de outros espaços para diálogo com os moradores, um dos gestores relata que os policiais do programa eram levados às reuniões comunitárias para comprometê-los com as demandas, escutarem as pessoas e ter o conhecimento e serem conhecidos. No relato de gestor se ouve:

(...) todas as reuniões a gente levava além do coordenador, o comandante do esquadrão e os policiais, justamente porque, para comprometê-los com as demandas da comunidade, eles escutarem as pessoas e ter esse conhecimento e, também, a comunidade os conhecer, quem trabalha no bairro.... tem o (...) positivo, a gente vê resultado, várias demandas são comuns e que acabam sendo de conhecimento, o que permite aos PM atendê-los rapidamente com resultados efetivos. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Neste sentido, também manifestam o lamento, pelo término dos convênios com o município, que celebrava a vinculação e residência de policiais em bairros específicos.

(...) o convênio e a troca de policiais também não foi possível na manutenção na sua essência como falei, a gente procura determinar em bairros, mas...é... não na essência não o policial que mora por exemplo, que reside num bairro, porque do contrário, vários bairros ficariam descobertos, e os bairros que eu falo aqueles de maior vulnerabilidade social, que incide traficância e a gente tenta estender da melhor forma possível. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Sobre outros espaços de interação, hoje podem ser consideradas as mídias sociais através de aplicativos de celulares. Para essa interação os gestores relatam que foi criado grupo de WhatsApp com a Brigada Militar e os presidentes de associação dos bairros. O objetivo é atender às demandas e facilitar a vida dos moradores nesse sentido, uma vez que os problemas são comuns e que acabam sendo de conhecimento de todos os PM no grupo, resultando em atendimento mais efetivo. Como informa um gestor:

Recentemente foram criados grupos de WhatsApp com a Brigada Militar do qual eu faço parte, e os presidentes dos bairros de Passo Fundo - eles têm uma associação - então foi criado um grupo de WhatsApp. Ali o objetivo não é suprir uma demanda de emergência do Fone 190, por exemplo, ah tá ocorrendo tal fato, mas pra que a gente possa dialogar, quais os problemas dos bairros né? Nem sempre são problemas de Segurança Pública que se possa ter acesso às demandas e facilitar a vida dos moradores nesse sentido.” (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

O modo como os moradores se relacionam com os policiais, na percepção dos gestores dos programas tem por base a proximidade. Isto resultou em maior empatia e compreensão do papel da BM, principalmente onde, até então, a Polícia não entrava. A atuação dos policiais no bairro Zachia, por exemplo, um dos mais conturbados que havia, foi bem visível o trabalho do antes e depois da entrada do policiamento comunitário a partir da metodologia de aproximação.

Foi enfatizada a abordagem policial na forma técnica e respeitosa, conseguindo conquistar a obediência civil por meio do respeito às pessoas abordadas. Assim resume um gestor:

Hoje está tudo muito pacificado. Posterior veio uma guarnição, especifica, do soldado (...) a respeito do Bairro Záchia, um dos mais conturbados que a gente tinha aqui, o trabalho do antes e do depois do trabalho do policiamento comunitário ele é gritante a partir dessa nova metodologia então as portas da comunidade foram abertas. Foram feitas dinâmicas e iniciativas que não foi só com a presença da Brigada Militar na forma repressiva. Então foi um trabalho construído e hoje Brigada Militar é bem recebida, bem recepcionada. As pessoas... é bem...procuram a Brigada. Conforme o estabelecimento comercial oferecem água e chimarrão. Então

essa proximidade a gente viu, ela é gritante, principalmente em bairros onde até então a Brigada não entrava e hoje o convívio é bem receptivo onde até então a Polícia não entrava. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

A comunicação com os moradores do bairro violento e a abordagem dos policiais, de forma respeitosa, propicia uma melhor colaboração e aceitação das regras sociais estabelecidas. Como destaca outro gestor:

Outra situação que a gente viu nestas comunidades trabalhando, foi a questão dessa nova forma de trabalhar, que é a questão do respeito né. (...) desde uma abordagem policial feita por um profissional na forma técnica e depois normalmente o policial explicava: - ó nós estamos fazendo essa abordagem para segurança e tal e tal aquela pessoa que foi abordada realmente via o diferencial do policial e depois eles se identificavam, ó a gente trabalha no policiamento comunitário dessa forma. Muitas vezes como gestor a gente recebia da comunidade fui abordado desta forma diferente e diziam: - A primeira vez que eu fui abordado não apanhei... Desde essa abordagem técnica o policial vai conseguindo conquistar essas comunidades. Essa abordagem foi diferente (...) essa relação essa convivência gera obediência. Normalmente por mais que o cara seja um delinquente que mora naquele bairro, mas gera uma obediência, desta forma que o policial aborda as pessoas, conversa com as pessoas e com essa aproximação que o policial faz. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Sobre as principais vantagens de ser um integrante do programa de polícia comunitária, a gestora relata que se sente gratificada pela profissão por ser recebida por moradores e lideranças felizes e pelas crianças com sorrisos nos rostos. Segundo ela, essa proximidade trouxe um resultado visível na satisfação das pessoas.

Olha...como eu falei no início, é uma área que me identifico muito, é eu fico, eu sinto, me sinto muito gratificada pela profissão que escolhi, quando eu entro num bairro e vem as crianças faceiras no bairro e olha a Brigada Militar ou quando o presidente de bairro e alguém vem e: - tudo bem Capitã? Então essa proximidade me faz ver que não se trata só de números estatísticos que se trabalha ou então só com a parte ruim, com aquela tragédia. Então sinto uma grande satisfação nesse, nessa modalidade de policiamento. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Em contínuo o gestor complementa relatando sua experiência à frente dos programas por determinado período:

Da minha parte assim ó, o que eu me apaixonei foi com o resultado, que a gente pegar a comunidade e chegar numa comunidade e verificar aquela comunidade numa forma, e depois com a nossa aproximação da Brigada Militar ver aquela comunidade transformada, isso aí, é trabalhar por resultado, ver o resultado, isso foi que me apaixonou né pelo

policiamento comunitário, principalmente a questão ver o resultado. De todos os programas, tanto da Patrulha Maria da Penha, da Patrulha escolar quanto dos Núcleos de policiamento, a questão do resultado como a gente iniciou o trabalho naquela comunidade e depois nesta aproximação, entre comunidade e polícia, de como ficou o trabalho e (...) resultado. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Os gestores asseveram que a prevenção vai resultar em menos ocorrências no futuro. O policiamento comunitário é a essência do trabalho preventivo de polícia.

Eu acredito assim, que eu levanto a bandeira da prevenção né, sempre a prevenção que a gente planta hoje é a repressão que a gente vai deixar de fazer no futuro. Então isso (...) é a cereja do bolo do policiamento comunitário né? Esse trabalho, preventivo que a gente faz hoje com a Patrulha escolar com o público de pequenos. (Gestor de Polícia Comunitária, 3º RPM, Passo Fundo).

Os PMs de Passo Fundo falaram sobre suas atuações específicas no policiamento em núcleos a partir do ano de 2013, dando ênfase ao que desenvolveram no Bairro Záchia, conhecido pela sua periculosidade, situado na periferia da cidade.

Após 2015, outros bairros tiveram emprego de núcleos de policiamento comunitário, tais como São José, Parque Farroupilha, Leonardo Ilha e Coronel Massot, onde foram implementados os demais núcleos e, também, foram feitas operações de fiscalização, com barreiras e abordagens de suspeitos, de forma conjunta, em rodízio de efetivo entre PMs de núcleos de outros bairros.

Então, mas no bairro que era um bairro conhecido como sendo um bairro perigoso, em um bairro onde não entrava polícia, no bairro onde tinha diversos assaltos. Comerciantes não podiam abrir o comércio, alguns até fechando o estabelecimento ou trabalhando entre grades. O pessoal que ia entregar correspondências e serviços, mesmo motoboys, não entrava no bairro por ser um bairro conhecido assim pela sua violência. Então desde o início da sua atuação começou um trabalho que não focava somente a questão do policiamento ostensivo e atendimento ocorrências por demandas. Centrou na atuação com aproximação da comunidade. Então tinha que conquistar aquela comunidade daquele bairro, fazendo as pessoas eles entenderem que a polícia estava lá para ajudar. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Os policiais passaram a relatar seus esforços para conquistar a confiança dos moradores, iniciando por projetos sociais onde conseguiram doações nas datas festivas para as crianças. Relataram que fizeram muitas reuniões com a

comunidade tendo por base as Escolas, com os professores e pais, e outras atividades com os alunos, como “Teatro da Brigada em Cena”, caminhadas, passeios e palestras, com o intuito de reduzir as ocorrências demandadas via 190. Um PM relata a estratégia inicial:

(...) começaram a se envolver, pois nas escolas os patrulheiros incentivavam os filhos a convidarem os pais a participar. Então começaram a vir nas reuniões. (...) resultado positivo porque um pai não deixaria de acompanhar o filho numa reunião, ainda mais que quando um filho tá pedindo para ir numa reunião para saber o que que os policiais querem falar, pois dizem que querem ajudar. Então foi através da escola que conseguiram partir para essas reuniões comunitárias. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A receptividade dos policiais, após começarem a desenvolver as ações locais, também colabora para um melhor fluxo de informações úteis à segurança pública, é anotada como um voto de confiança dos cidadãos. Segundo um Operador:

No Záchia não era viável e nem obrigatório residir, mas sempre agir com profissionalismo buscando o contato com o morador; resultou até amizade, inclusive em redes sociais, porque há pessoas boas naquele bairro pequeno. (...) Teve um Projeto de casamento comunitário promovido pelo núcleo que atuava. Teve um que era noivo, que havia sido preso pelas guarnições do comunitário no início nós trabalho. Mas ele preencheu os requisitos para integrar o projeto de cidadania e foi devidamente integrado. Ele não foi em nenhum momento barrado e, também, por mostrar que realmente era uma pessoa boa que errou. Ele passa e cumprimenta os PM ainda hoje. Outro casal que usava entorpecentes e não podiam ver a PM que falava mal. Mas na primeira reunião que teve sobre esse casamento comunitário, o casal referido chega à porta de mão dada pedindo para se inscrever. Então eles foram ajudados. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Com esta forma de atuação, em Núcleos de policiamento comunitário, obtiveram escores de grupamentos de maior número de prisões de foragidos da Unidade, os quais atribuem este êxito à confiança nos policiais que estava acontecendo dentro da Comunidade, além de perceberem a redução de roubos no comércio local, sobretudo devido à prevenção resultante das visitas comunitárias residenciais e comerciais. Como destaca um Operador:

Outra forma de prevenção foram as visitas nas residências, com o resultado de ganho de confiança, resultando em informações importantes sobre boca de fumo, armas ilegais e foragidos. Teve um ano que policiamento comunitário foi o que mais prendeu foragidos. Mais até que

os efetivos de Operações especiais, exatamente porque a comunidade confiava no policial e contava o que estava acontecendo dentro da Comunidade. Fizemos operações de fiscalização, como barreiras e abordagens de forma conjunta. Quando acontecia operações policiais Barreiras, enfim, quem trabalhava dentro do núcleo não participava (...) porque daí eles iam começar a se afastar e não iam começar continuar fornecendo informações ali, a troca de informações entre a polícia. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Os PM implementaram caixinhas de sugestões e de denúncias pelas patrulhas comerciais, na crença de que estes registros seriam importantes para divulgá-los nas mídias, além de tê-los inseridos nos sistemas próprios as atuações, como relata o policial militar:

Fizemos fichas residenciais, caixinha de sugestões e de denúncias pela Patrulha comercial, onde toda a visita que é feita, todo projeto ou ação social é documentado. É importante pra que o trabalho seja visto e seja divulgado nas redes sociais do Comando local. Volta e meia está sendo postadas ações nas mídias e esses relatórios são lançados no sistema próprio que é alimentado pelos PM. Contabilizam-se as quantidades de visitas e posteriormente é lançado tudo isso no sistema, inclusive agora como está se modernizando na Brigada, destes dados direto no Programa Avante<sup>12</sup>, tanto as ações da patrulha Maria da Penha quanto o policiamento comunitário. Há um sistema de informações denominado MCOP<sup>2</sup> e outro novo sistema BM Mobi<sup>13</sup> onde se regista as visitas comerciais, policiamento comunitário e visita da Patrulha Maria da Penha dentre outras atividades proativas. Cada ação corresponde a um registro nos sistemas (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Os participantes da pesquisa disseram que, além de apreender, prender e reprimir, buscavam uma relação de confiança para com os moradores, principiando por uma aproximação, através das escolas, e, por meio dessa aproximação com as crianças, chegaram aos familiares, tendo percebido que isto repercutia positivamente na aproximação também dos pais em relação aos PM.

(...) as prisões quando ocorrem em vilas dá aquele tumulto. No bairro Záchia levava quase vinte minutos pra chegar um apoio. Para facilitar o atendimento a intervenção se fazia com diálogo com os abordados. Até mesmo quando estava com indivíduo preso lá precisavam do apoio. A gente falava os motivos da prisão, pois evitava uma prática antiga, de tentativa de resgate do preso das mãos da guarnição. As pessoas começaram a entender o que estavam fazendo era errado. Que está preso porque estava armado, ou devido a um confronto ou um furto.

---

<sup>12</sup> O Programa Avante é um sistema de gestão por resultados, compartilhamento de boas práticas através do qual acompanhamos ações e indicadores da Brigada Militar, transformando estratégias em resultados.

<sup>13</sup> BM Mobi é o aplicativo em uso pela BM para smartphones que os PM podem registrar ocorrências e lançar dados de atividades tais como as de proatividade dos programas comunitários.



(...) Se chegar sendo rude com as pessoas lá, eles às vezes nem saem do fundo do bairro; eles não têm uma passagem para ir para o centro. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Outro ganho percebido pelos PMs foi a redução de desordens e resoluções de conflitos neste segmento como relata um operador:

Eu sou uma das pioneiras no projeto, comecei atuando no bairro São José e nos bairros Leonardo Ilha, Parque Farroupilha e Coronel Massot. No início do trabalho havia muitas brigas nas escolas entre alunos. Alguns deles saíam mais cedo e iam pra outras escolas fazer confusões com os outros alunos. Foram feitas reuniões com os professores e pais com o intuito de reduzir estas ocorrências que eram demandadas via emergência 190. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

No discurso de outro operador isto é reforçado:

(...) pegamos as três escolas e fizemos várias atividades com os alunos entre elas veio teatro da Brigada Em Cena, caminhadas skate passeio de bike palestras muitas palestras na sua escola a qual os alunos no início nós até fizemos efetuamos prisões nessa comunidade escolar. Acabaram com essas demandas aí, de 190, de brigas, através desse projeto e que teve repercussão positiva. Por fim, os jovens passaram a brincar entre si e ficaram amigos. Houve também a redução de roubos em comércios praticamente a zero, e nem furtos, principalmente na época de Natal onde este índice era maior, devido à aproximação dos PM com o comércio local. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Com relação à atuação territorial do policiamento comunitário, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, onde o PM tem um determinado espaço geográfico de forma cotidiana, verificou-se que ela contribui para a redução de crimes, especialmente porque visa estabelecer relações de confiança e ações de pacificação social e apoio aos residentes.

Do ponto de vista da repressão ao crime, a atuação em território delimitado torna-se mais qualificada e precisa, especialmente porque os policiais identificam quais as prioridades e as necessidades daquela comunidade.

Um trabalho importante foi a Patrulha Maria da Penha onde a visita às casas sem hora marcada com acompanhamento das vítimas e com o registro do acompanhamento. Informações sobre retorno do companheiro. Isto tudo ajudou as mulheres. Muitas não saíam de casa, mas que assim passaram a ter paz. No início muitas tinham vergonha ao chegar uma viatura na sua casa, mas adiante já começaram a convidar para chegar de oferecer um chimarrão. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Além disto, a identificação e encaminhamento das necessidades sociais dos residentes aos órgãos e entidades públicas ou privadas, mesmo não sendo uma atribuição de polícia, contribuem positivamente para a imagem da polícia, protetora e parceira.

(...) teve um Projeto dentro do NPC que foi a operação Superação onde foi selecionado mulheres que estavam sendo visitadas e já se encontravam em situação de maior tranquilidade, dentro o período de seis meses de acompanhamento, que havia se livrado daquela ameaça, foi obtido através de parcerias kit de maquiagens e cartões com frases inspiradoras. Foi montado um pacotinho com um laço lilás e entregue nas casas das mulheres porque as mulheres as vezes se largam; elas são tão ameaçadas, tão agredidas e vivem naquele conflito; acabam por esquecer de se olhar no espelho que são bonitas, que podem se arrumar. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Destacaram que as atividades que diferenciam um policial comunitário em relação à atuação do PM regular são as visitas às residências e comércios. No princípio não se sentiram bem recebidos, mas hoje percebem a confiança e o reconhecimento e receptividade.

Hoje em dia apesar de ser mudada de bairro de atuação, continuo trabalhando da mesma forma, com contatos nas residências e comércios. Somos bem recebidos pelos moradores e comerciantes dos bairros. (...) no início foi complicado; hoje é tranquilo, pois se consegue entrar com uma viatura, antes tinha de ir com duas viaturas, pois era difícil. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A execução do policiamento comunitário resulta em uma integração com as pessoas que residem e trabalham nos espaços onde o policiamento comunitário é aplicado. Algumas diferenças são percebidas pelos policiais, quando passam a desenvolver um trabalho fundamentado na filosofia de polícia comunitária.

Eu tô há três ou quatro meses no núcleo de policiamento e tenho a percepção que este trabalho é diferenciado das demais atividades policiais militares porque eu vejo uma integração real com as comunidades. Já faz mais de sete anos que está acontecendo na cidade e hoje em dia colhem-se os frutos; é um trabalho que não foi de um dia para o outro. Muitos colegas que são veteranos dos núcleos tiveram todo esse trabalho inicial de integrar lugares, que muitas vezes não foram bem recebidos; hoje em dia é perceptível a confiança da comunidade onde entramos. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Com relação à responsabilidade dos executores no espaço territorial delimitado ao policiamento comunitário, foi verificado que, no princípio, nos bairros

críticos onde se iniciou o trabalho, não era viável e nem obrigatório residir. Havia somente a vinculação dos PMs e núcleos com determinada região, como estar especificado na escala de serviço a atuação da Patrulha comercial, Patrulha Maria da Penha, por exemplo.

Hoje se utiliza o contato direto quando não se está atendendo a demanda da 190, dentro da possibilidade. Tem assim específico na escala: Patrulha escolar, Patrulha Maria da Penha, e também agora que as escolas públicas em greve ou em férias foi criado a Patrulha comercial dentro do espaço de cada guarnições os PM têm que fazer o segmento comercial. Quem não está atendendo emergência 190, principalmente aqueles que estão mais afastados fazem esta aproximação. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

No início das atividades do policiamento em núcleos houve uma atuação intensa dos executores, com criatividade e com intervenções nas atividades não policiais, resultando em uma integração social polícia x comunidade.

Percebeu-se que havia descentralização e autonomia funcional dos policiais. No entanto, no período mais recente, em meados de 2019, houve uma mistura de efetivos de programas comunitários específicos com os do policiamento geral, bem como mudanças de território, em função do fim do modelo de policial residente em bairro (núcleo) e o fim do auxílio-moradia.

A exceção ocorreu em relação à Patrulha Maria da Penha e à Patrulha Escolar, que permanecem focados no público-alvo, com abrangência em toda a cidade, enquanto aos demais houve uma redução de frequência de PMs em bairros de costume. Ainda assim, há uma memória recente de ações positivas, vivenciadas pelos mais antigos PMs, sendo reconhecidas por cidadãos que os encontram nas rondas.

Teve um pai, desesperado que pediu auxílio a guarnição que está ali nem patrulha, pra que a socorresse. Uma criança com pouco mais de 1 ano de idade, com mal súbito, sem respirar. Enquanto fazia o deslocamento com o pai a emergência médica, eu fazia a tentativa por várias vezes de reanimação. No Hospital, conseguimos salvá-la; fomos elogiados pela equipe médica, pois se não fossem rápidos a criança não estaria viva. Depois a família ficou eternamente agradecida de ter a guarnição por lá vai no bairro. Mandaram carta pro Comando e pra rádio de grande audiência regional. A menina hoje está com uns 6 anos e me chama de madrinha. Então como é importante pra comunidade ter um policial, de ter uma viatura com o policiamento comunitário ali na vila. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Na questão relativa à participação em reuniões comunitárias e existências de outros espaços, observou-se o relato da participação dos moradores, que começaram a se envolver na participação de eventos, como o de debutantes comunitário, palestras sobre mulheres, saúde, entrevista a psicólogo e passeios.

(...) fizemos um evento de debutantes comunitário, porque chegaram numa realidade de um bairro onde as meninas sonhavam em ter uma festa de 15 anos e pela condição financeira, de vida não poderiam ter. (...) após um trabalho nas escolas e na comunidade em geral. Organizamos inscrições com vários requisitos, dentre eles a boa nota e a frequência à escola e foram escolhidas 15 meninas, que foram orientadas no decorrer de 4 meses, em palestras sobre mulheres, saúde, entrevista a psicólogo e passeios.; tinha menina que ao provar o vestido tinha vergonha do próprio corpo, sendo trabalhado a importância do corpo dela, (...) tinha uma que era vítima de bullying. Nós nos vestimos também, a fim de quebrar o gelo e incentiva elas. (...) buscaram com a Prefeitura Municipal inclusões nos Programas de Menor Aprendiz, visando o primeiro emprego. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A Prefeitura Municipal foi envolvida a promover inclusões nos Programas de Menor Aprendiz, por exemplo, visando o primeiro emprego. Os PMs buscaram a prevenção por meio do trabalho comunitário, tendo o social como forma de afastar das possibilidades do crime; e organizaram várias palestras falando sobre obrigações, tanto para crianças, quanto para os adultos e as consequências das ações deles.

A modalidade mais recente foi o uso de celulares e a organização de contatos individuais por via de mídias de aplicativos. Por meio destas comunicações foram localizados veículos que estavam em furto. Também teve vários episódios e de roubo a transporte coletivo impediram por estes modos de se comunicar.

As interações foram substituídas aos poucos por relações estabelecidas por meio de aplicativos de celulares, com grupos de pessoas da comunidade, à distância. Esta mudança na forma das relações comunitárias pode resultar numa superficialidade de relações, que num momento futuro poderá ser prejudicial, especialmente diante da necessidade de mobilização frente a um problema agudo, de comoção, típico dos fatos difundidos na mídia. O que parece dinâmico, noutro

momento poderá provocar um distanciamento e apatia, com perda de qualidade do trabalho inicial alcançado.

A prevenção tem muito a ver com o social e acaba atingindo a questão crime. Essas meninas, por exemplo, a maioria delas, tinham tudo para ir para outro destino. Então o trabalho do comunitário dentro do social em Passo Fundo, desde o início, foi para conseguir que eles não fossem para o crime. Até mesmo esses que já estavam na vida do crime, dentro dos bairros, que entendem o propósito. Elas tiveram várias palestras falando sobre obrigações, não só assim dando alguma coisa, tanto fosse a uma sala de aula para crianças, quanto fosse para os adultos, como os pais, sobre obrigações e consequências das ações deles. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Quando indagados sobre as principais vantagens de ser um integrante do programa de polícia comunitária se ouviu dizer que o diferencial é a integração e a confiança estabelecida nas relações que faz o trabalho da polícia ser exitoso.

O relacionamento que se cria, o vínculo de confiança que se tem é o diferencial porque a atuação é realmente célere, apesar de um trabalho menos desgastante simplesmente ir lá atender a ocorrência e sair correndo, virar as costas do que tu fazer o trabalho comunitário, com muitas vezes buscar fundo da Vila, muitas vezes situações que estão ocultas. O comunitário tem esse diferencial porque ele se integra em tudo que tá acontecendo. Muitas vezes aquilo que tá velado se vai atrás inclusive casos e situações de vulnerabilidade, encaminhamento de menores. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A eficiência da atuação é decorrente da forma de atuação aproximada. Há uma disputa em relação a que tipo de atuação policial é mais eficiente, se o policiamento tradicional ou o inspirado na filosofia de polícia comunitária. Na pesquisa foi verificado que a aproximação gera confiança e esta, por sua vez propicia uma interação com informações úteis para a atuação policial repressiva. Por isso, o policial comunitário prende mais.

É por causa dessa integração diferenciada que o policiamento de proximidade se destaca em relação ao atendimento 190, porque dentro das atribuições tem oportunidade de conversar. Ninguém é mais do que ninguém, é só questão de atuação. Dizem que o comunitário não prende que não vão fazer força. Pelo contrário, fizeram várias prisões pelo conhecimento do pessoal e da área que se tem. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Também destacam positivamente a compressão recíproca e o diálogo estabelecido com o cidadão:

(...) dependendo da forma que se vai chegar em uma ocorrência pode-se criar uma maior. Só que o policial que tá dentro do comunitário tem um diferencial. Quanto está em uma ocorrência já chega diferente, até na forma de conversar resolve uma ocorrência sem criar uma maior. No tumulto, sem precisar de outro de apoio, de outras viaturas, se consegue atuar dialogando. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Com relação às dificuldades no desenvolvimento das ações de polícia comunitária, verificou-se nos relatos de um operador, o ressentimento e o preconceito oriundo de colegas da própria unidade, sobretudo pela forma de abordagem que o programa dá aos cidadãos das áreas de atuação:

No começo havia no Esquadrão certo preconceito quanto ao policiamento comunitário. Diziam: -Vai lá dá tapinha nas costas do vagabundo... então com todo esse resultado ao longo do tempo que os PM dos Núcleos e Programas passaram a mostrar, não só o Comandante tem que saber o que está sendo feito, mas toda a Brigada Militar. (...) a gente tá no bairro atuando, que é um modelo a ser seguido. (...) teve- hoje tem ainda, mas está diminuindo- muito preconceito em relação ao policiamento comunitário: - ah, tu vais dar doce... tu és vagabunda... ou então; - ah tu vais lá na escola ou vai entrar na casa do cara que já foi preso, do cara que tem quatro homicídios, tem um roubo e tu vais lá na criança dele?... mas que culpa tem aquela criança? Acredito que os colegas também sentiram esse preconceito. Mas a forma que enfrentamos isso foi trabalhando e mostrando o que realmente daria certo. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Mesmo assim relembram que, em relação ao público externo, tiveram uma dificuldade inicial, com a percepção de um pouco de receio e medo, devido à imagem de que a polícia estaria ali somente para reprimir. Com o tempo todos perceberam o propósito da interação do policiamento. Atualmente os Pelotões de Operações Especiais conseguem fazer uma boa atuação no bairro devido às informações que recebem do policiamento comunitário.

(...) não dá para deixar terminar porque se hoje também os Pelotões de Operações conseguem fazer uma boa atuação no bairro porque o conhecimento comunitário também contribuiu para isso. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Outra dificuldade que se apresenta ao policiamento comunitário é a insuficiência de efetivo para a atuação preventiva, pois estes concorrem com as demandas emergenciais do fone 190. Muitas vezes não conseguem fazer o trabalho proativo, por exemplo, uma palestra ou uma visita comunitária porque não

se pode deixar de deslocar para uma ocorrência despachada. Esse cenário amenizou com mais efetivo e viaturas em 2019, mas é algo que preocupa.

Muitas vezes não conseguia fazer o trabalho preventivo, por exemplo, uma palestra ou uma visita comunitária porque não podia deixar de ir a uma ocorrência o 190. Os Operadores do Centro 190 tinham de mandá-los. Não se podia mandar outra guarnição e deixar outra parada. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A preocupação de uma futura descontinuidade é recorrente entre os PMs no policiamento comunitário. Para melhorias no modo de atuação na localidade, os executores entrevistados sugerem a integração do policiamento comunitário com a Força Tática<sup>14</sup>. Segundo um PM, os policiais comunitários sabem atender ocorrências e atuar repressivamente. Mas ao contrário, nem todos os operacionais destes grupamentos especializados sabem fazer as ações do policiamento comunitário.

A forma que nós achamos de tentar diminuir os crimes e os delitos em geral, foi através da ação social. Os PM encontram uma grande resistência dos próprios colegas porque não estão com camuflado e tem alguns conflitos que não adianta estar com este uniforme. O policial comunitário é que vai resolver, alegam. O pessoal da tropa dita especial é que não. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Há um desejo manifesto de que, num futuro, todos os policiais saibam efetuar as ações de aproximação cotidiana. Que sejam treinados e capacitados a interagir, de fazer vistas pontuais como parte de suas rotinas de patrulha.

O acesso ao Comando por parte dos operacionais traduz-se por uma necessidade de, ao ser ouvido, participar do processo decisório, o que é desejado para este modelo de atuação com prevenção e proatividade. Também destacaram que é importante para o sucesso do policiamento, assevera um entrevistado:

O Comando sempre esteve com a porta aberta, pois é importante que possam chegar e ter uma conversa diretamente, bem como ideias de algo

---

<sup>14</sup> A Força Tática é o efetivo do antigo Pelotão de Operações Especiais existente em toda a Unidade do nível Batalhão ou Regimento. É a nomenclatura atual, resultado de doutrinas das PM. Este grupamento se constitui de equipes de 3 a 5 PM com armamento de alto impacto e uso de munições para controle de distúrbios e outros fins especiais.

que tem de ser diferente. Então é só ligar pois com acesso direto é melhor. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Segundo eles, mais efetivo e recursos financeiros para os programas melhora a atuação, mas os policiais da Unidade deveriam passar pela atuação direta no policiamento comunitário. Ao ingressar na corporação todos deveriam passar pelo menos um tempo por essa experiência.

Acho que todos deveriam passar pela atuação no policiamento comunitário. (...) o PM deveria passar pelo menos um tempo por essa experiência antes de ir para qualquer outro pelotão ou para qualquer outra função na BM. Todos deveriam operar no comunitário. (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

A compreensão dos entrevistados, de que todos devem ser, desde o princípio, policiais comunitários, demonstra que estão alinhados às orientações doutrinárias e regulamentares propostas na Corporação. Segundo um operador:

(...) hoje está bem mudado porque o Comando deixou expandir essa ideia e mostrar pros colegas. Antes chamavam de mutreta os policiais do comunitário. Já não é mais assim, pois ao assumir o serviço já se tem uma viatura específica para atuar nas escolas, na patrulha Maria da Penha... (Operador de polícia comunitária, 3º RPM, Passo Fundo)

Na visão dos operacionais o sucesso é uma questão que depende do desejo ou ações dos gestores, superadas as barreiras de preconceitos internos.

## **4.2 O policiamento comunitário em Novo Hamburgo, RS.**

Analisando as entrevistas no grupo focal com os gestores do Policiamento Comunitário no 3º BPM em Novo Hamburgo, verificou-se que o modelo de policiamento comunitário na forma de núcleos atendia alguns bairros, porém não toda a área territorial da cidade. Havia uma cobertura parcial que resultava em descontinuidade.



O auxílio-moradia aos policiais residentes em bairros com núcleos foi cancelado em 2019, momento em que houve a fusão dos efetivos gerais com os policiais comunitários dos 14 núcleos existentes.

Justificados pelas demandas do fone 190, que segundo os gestores relataram, forçavam o deslocamento dos PMs dos núcleos para fora da atuação proativa, as atividades de proatividade previstas, como visitas e reuniões, atribuídas a todos os efetivos da Unidade, com metas diárias, foram inviabilizadas em favor de ocorrências geradas pela emergência, como explica um gestor:

Quando a gente assumiu aqui a gente detectou né, o Sargento (...) “tava” junto comigo desde o início da implantação... o que que acontece aqui quando a gente começou o trabalho havia existência de treze núcleos. Com eles receberam viatura do convênio, tinha os militares também que recebiam o auxílio moradia da prefeitura. (...) não ficava núcleo descoberto. Nem déficit de policiais né. O que aconteceu, faltava, tirava do policiamento ordinário né... isso é uma coisa que acarretou um problema (...) a gente “tava” com problema no atendimento de ocorrência, chegou a ter três viaturas pra atender ocorrências em toda a cidade. Aí, como base na filosofia comunitária a gente fez uma coisa (...) tentou aumentar e passar para todo policiamento da cidade de Novo Hamburgo a filosofia do policiamento comunitário. Então ... (...) não ficou restrito a policiais dos núcleos e sim todos até a Força Tática. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Os registros das interações comunitárias foram centralizados e carreados nos sistemas criados para tal. O número de visitas é registrado no formulário conforme preconiza a Norma da Corporação, lançadas no Sistema MCOP, quais sejam, as vistas comunitárias, residenciais e comerciais preventivas, reuniões comunitárias.

(...) aí logo na chegada do Capitão nós vamos tentar melhorar transformar todo batalhão, as ações são visitas comunitárias né, tudo lançada, reuniões comunitárias comerciais e residenciais (...) aconteceu que aumentou, triplicou aquilo que era um número x. (...) então independente de auxílio ou não então eu estou aqui. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Segundo os gestores, essa mudança fez aumentar a quantidade de interações registradas. Independente de auxílio moradia, que não é mais pago aos policiais que moram nos bairros, destacam que o policiamento comunitário deverá perseverar porque estreita as relações e aproxima as pessoas da polícia.

Entretanto, se denota uma perda de identidade do policial que antes era identificado com determinada localidade.

Sobre esta responsabilidade territorial da atividade de policiamento comunitário, uma das pilstras desta filosofia, não há mais especificidade de policiais comunitários em relação a determinado espaço territorial. A desvinculação territorial do policial comunitário remonta à cultura tradicional de policiamento, antítese da filosofia de Polícia Comunitária.

Eu tô na Brigada em Novo Hamburgo, vai fazer 30 anos e então eu vivenciei várias etapas... Em 2013 quando foi criada a polícia comunitária eu estava no início lá com o executor, lá no núcleo né. Então a gente tinha de seguir as doutrinas, as NI. Eu estava junto nessa época. Então foi determinado quatro policiais para cada núcleo, eram dez núcleos no início depois aumentou. O serviço de visita era missão, era conhecer toda aquela comunidade conhecer o que é o que ocorria, o que acontecia, quem é quem, tem aprontado (...) se necessário fosse solicitar ações para poder manter um serviço mais aproximado né. Novo Hamburgo é uma cidade muito... é uma cidade que cresceu muito aí tem gente de todo o canto. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Com relação à responsabilidade dos PMs no espaço territorial no momento da pesquisa, não havia mais a especificidade de policiais comunitários em relação a determinado espaço territorial. Os gestores entenderam que qualquer policial poderia fazê-lo; que todos deveriam ser comunitários.

Existe PM que mora onde trabalha só que não são todos. Por exemplo, um policial comunitário que mora e trabalha ali durante a noite, quer passar uma ocorrência ou demanda que recebeu. No passado teria um policial do batalhão que não era do comunitário que deveria dar andamento. Notou-se que se qualquer um pode atender ali, todos deveriam ser comunitários. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Sobre a participação nas reuniões comunitárias e interações com os moradores da cidade, foi verificado que o fazem atualmente por meio de rede de internet WhatsApp, cuja central foi instituída na Sala de Operações junto ao 190, para funcionar 24 horas, com grupos nas diversas regiões da cidade. Ao lado de um rádio, em sintonia com as viaturas, um PM consegue dar andamento à demanda para as demais guarnições.

A gente mantém um grupo de WhatsApp; aí entrou ocorrência no núcleo tal ele tá lá com o rádio do lado ali, ele já aciona a guarnição. (...) daí monitora e a gente deixa um policial ali 24 horas no grupo. Entrou qualquer

pedido de socorro esse PM consegue dar andamento à demanda assim que fica sabendo de algo para as demais guarnições. No passado quando o PM do núcleo terminava o serviço, ia pra casa, desligava o rádio e pá! la dormir, a demanda, é... seus contatos podiam ficar esperando até outro dia. Agora a demanda é encaminhada assim que a central a recebe. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Aqui verificamos que o WhatsApp veio a preencher uma lacuna importante na comunicação com a BM. Uma prática global de interação com as pessoas, com o uso de ferramentas de internet, que foi absorvida pelos gestores, visando dar mais dinamismo e amplitude ao atendimento de demandas.

As reuniões com representantes de bairros contam com a presença Comando. Depois, com o tempo, se passa aos policiais executores nesse determinado local. Prioriza-se visitas e reuniões técnicas. Entendem que o policial não tem autoridade e capacidade de decisão neste momento atual. Relata outro gestor:

Por enquanto a gente tá, só a nível de comando; primeiro foi o Coronel, o Major com os representantes do bairro, explicando a nova formação, depois agora que começou fazer eu, pessoalmente e o sargento (...) aí depois seguindo a terceira etapa, os policiais que trabalham nesse determinado local. (...) a gente tá pagando mais visitas bem técnicas. Prioridade são visitas e reuniões bem técnicas...como se portar, de como prevenir a criminalidade. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

As reuniões “bem técnicas” mencionadas pelos gestores se referem às orientações específicas ao cidadão sobre cuidados pra evitar crimes, ou ser alvo destes crimes.

Como precaução, o PM sempre é acompanhado por alguém do comando, devido ao poder decisório decorrente de interações com eventuais autoridades de outros segmentos da sociedade presentes, diz um dos gestores.

Porque aconteceu o seguinte, a gente solta o policial no bairro lá, também...o policial vai lá dependendo do núcleo, da reunião de maior poder aquisitivo, tem o Ministério Público, ou uma autoridade ali e tá lá o soldado. Muitas vezes nossos soldados, meio que desamparado lá..., nem sempre a gente vai conseguir tá junto né? (...) O comando que tem que tá presente. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

A redução da capacidade do policial decidir, dentro de determinados parâmetros, sobre sua atuação cotidiana, e até mesmo em reuniões públicas,

contribuem para o retorno de certo distanciamento do policial da linha de frente, em relação à filosofia de polícia comunitária.

Reuniões que foram marcadas pelo próprio pessoal do núcleo e aí na reunião do bairro do bairro, e aí “tava” lá o Secretário de segurança, um promotor, uma juíza e dois delegados e... eles se intimidam, porque que não é do *métier*, não “tão” acostumado e também não têm poder decisório, então foi fundamental a gente tomar essa decisão... Ou eu o Tenente vamos pra ter poder decisório nas reuniões né? (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

A alegação de que os policiais se sentem intimidados nas reuniões comunitárias, com a presença de autoridades de alto nível social, não foi percebida nas entrevistas com os operacionais.

(...) e a gente não tem autonomia, acho que o policial deveria ter um pouco mais de liberdade pra atuar, pois talvez isso possa melhorar a atuação. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Mesmo assim, na percepção e, decisão dos gestores, estes passam a guiá-los e tutorá-los como forma de supri-lhes o poder decisório que disseram que eles não tinham. Observa-se aí uma relação de insegurança ou desconfiança na capacidade profissional do executor, sujeitando uma eventual perda de identidade do policial que antes era identificado com determinada localidade.

Também se denota a preocupação com perda da autoridade decorrente do exercício da atividade do policiamento comunitário junto às pessoas. O jovem gestor se preocupa com a possibilidade de enfraquecimento da autoridade policial, caso seja necessário exercê-la em meio à comunidade. Este receio é um velho problema do policiamento tradicional versus comunitário.

Com relação às interações entre moradores e policiais, o oficial comandante diz que alguns bairros eram mais participativos do que outros e, em alguns, sequer havia policiamento para realizar estas interações. Com a nova distribuição de policiamento em todos os bairros, como Lomba Grande, totalmente a descoberto, passaram a ter essa atuação diferenciada.

Como a gente tinha núcleos aqui que eles eram muito mais... proativos e outros menos proativos, não se sentia diferença nenhuma. (...) mais em relação à distribuição de policiamento, ficou bem mais fácil porque que com essa distribuição todo mundo faz tudo e coloca todo mundo e coloca as viaturas tudo numa coordenada (...) o bairro Lomba Grande, algo

gigantesco, não tinha policiamento lá; ele não tinha nada e aí nessa distribuição a gente conseguiu tornar nesse bairro policiado 24 horas, também com essa mesma filosofia. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Sobre as principais dificuldades no desenvolvimento das ações de Polícia Comunitária, os gestores relembram a existência de um contrato entre o estado e município, onde este último participava com a verba mensal de auxílio moradia e o estado com as viaturas, tendo o batalhão por compromisso manter os efetivos.

Havia uma promessa de renovação de frota, o que não aconteceu nos anos subsequentes. Atualmente as viaturas são as mesmas do início. Assim, não houve renovação de convênios e em 2019 foram cancelados os repasses de auxílio moradia ao efetivo.

Eu acho que o que o estado deva investir forte em equipamentos, viaturas, dar meios necessários pra este policial decidir; equipamentos e viaturas necessários ao policial, para que este possa desenvolver um melhor serviço. Não deixar só no lançamento, do início do Programa, mas durante o desenvolvimento não esquecer. (...) as comunidades... elas tentam ajudar, mas até ali. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Essa descontinuidade do convênio afetou a capacidade operacional dos núcleos e a credibilidade junto à comunidade local. Em Novo Hamburgo foram apontados alguns fatores para que houvesse o término do convênio, dentre eles a falta de efetivo para manter os 14 Núcleos do Batalhão durante todo o dia, bem como as dificuldades no atendimento de ocorrências pela falta destes recursos humanos.

Ainda, a não renovação de frota pelo estado, e o clima organizacional, desfavorável à concessão de vantagem pecuniária aos efetivos dos núcleos em detrimento dos demais policiais.

O incentivo financeiro ao policial residente (contraparte do município) afetava a relação interna entre os policiais comunitários e os regulares, denominados “ordinários” ou comuns, resultando sua rescisão definitiva em 2019. Ao que tudo indica, a influência do município na segurança pública passava por este modelo de incentivo, fixando os policiais em sua região da cidade. Porém, o estado foi inconstante no suprimento da logística e reposição de meios, e o gestor

da Brigada Militar local, com suas mazelas internas, administrando suas capacidades de manter ou não determinados compromissos de outras gestões, quando da criação do programa, optou pelo fim da continuidade do programa.

Alegam que receber cobrança da comunidade é sobre recursos que são solicitados para aquisições de veículos e equipamentos, geralmente oferecidas por empresários e ações comunitárias, em que os gestores acreditam ser constrangedor, uma vez que o estado não os provê.

Muitas vezes isto é necessário pedir ajuda pra arrumar viatura e acaba ocorrendo uma cobrança que atrapalha a administração dos recursos. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Também a exposição dos policiais de núcleos de policiamento, onde alguns tiveram suas famílias ameaçadas após terem atuado nas regiões onde também residiam, fizeram os gestores de Novo Hamburgo recuarem. Os PM chegaram a ser retirados destes núcleos.

(...) a gente tem de ter essa proximidade das pessoas, mas elas têm de entender que mesmo policial que está próximo dela, eu vou dizer: - sinto muito, mas...mãos pra trás e tá preso; tem que ter esse entendimento. Essa ideia de eu só prendo, eu só previno. Tem de acabar com isso, tem que tomar uma ideia que a gente trabalha pra sociedade pra população e essa mesma população tem de entender que a gente pode prender eles. A gente tem de acabar com esse rótulo, eles complicam. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Por fim, os gestores fazem suas últimas observações. Enfatizam a necessidade de noção basilar sobre o policiamento comunitário para todos os policiais na formação.

Alegam que a atividade de interação é mais fácil para os mais novos do que para os mais antigos, pela formação mais recente que contempla essa filosofia. Disseram que até as forças especializadas em operações repressivas passaram a fazer visita comunitária de aproximação, porém não foi possível verificar.

De acordo com as impressões obtidas, a visita comunitária executada em todos os programas da Brigada Militar é encarada como ferramenta palpável de

prevenção. Os gestores acreditam na fusão dos conceitos de policiamento repressivo e preventivo com a visita comunitária de aproximação.

Também é acertada a inserção nas doutrinas da BM, da obrigatoriedade de o policial iniciar sua carreira pela atividade de policiamento comunitário.

Desde o início da formação policial deve ter a noção do que é o policiamento comunitário, com planejamento de aulas práticas. Depois integração com a comunidade sem escolher comunidade, dá mais simples à mais rica, para interagir conhecer e se aproximar; reposição dos efetivos para continuidade. (Gestor de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Nas entrevistas com os efetivos operadores de polícia comunitária em Novo Hamburgo, verificou-se que eles perceberam uma redução da criminalidade, como assaltos a comércios, decorrente da atuação do policiamento comunitário. Além das visitas proativas, realizavam visitas pós-crime, que ocorre até um dia após o fato, onde são colhidas algumas informações a respeito.

Eu notei que houve redução da criminalidade em Novo Hamburgo. Anteriormente dava muito assalto a comércio e com essa forma de atuação, do comunitário trabalhar direto com a população melhorou bastante. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

A atuação do policiamento preventivo utilizando a metodologia de visitas e interações pontuais resultam numa percepção de êxito na redução de crimes. Destacam que as ações específicas dos policiais do programa de policiamento comunitário agora são desenvolvidas por todos do batalhão.

Nós fazemos também as visitas comunitárias e as visita pós-crime. Antes isto era específico do comunitário separado dos demais do batalhão. (...) o efetivo que já trabalhava há mais tempo nos bairros foram mantidos. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Após o término do convênio entre município, os efetivos que trabalhavam nos bairros foram mantidos nos mesmos setores. As ações no programa

continuaram a ser registradas, assim como o cadastro das pessoas, dos empresários e dos funcionários de locais visitados, por meio de uma ficha, e a realização de visitas comunitárias.

Assim também ocorrem os registros junto ao Cartório da Unidade, como por exemplo, o registro das ações na patrulha da Maria da Penha.

A patrulha Maria da Penha também informa no final do mês o relatório junto ao Cartório (...) faz a entrega dos números que foram gerados de visitas, das pessoas abordadas, das prisões e participação em eventos. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Observa-se a incorporação do registro de atividades proativas, baseadas na filosofia de polícia comunitária. Mas verifica-se nesta unidade uma inovação que é a visita pós-crime, como rotina da atividade interativa.

É realizado a visita do pós-crime, é feito até um dia após o fato, onde são colhidas algumas informações. Agora que mudou, onde todos devem fazer o registro, tem de pegar uma documentação específica na Companhia. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Assim como em Passo Fundo, os PMs de Novo Hamburgo também acreditam que os procedimentos adotados no registro de interação e aproximação podem ajudar no policiamento comunitário.

Argumentam que o registro das visitas e reuniões tornaram o policiamento mais profissional, sendo que estas novas atribuições deixaram de fazer reuniões e ações de modo informal. Além disso, as ações registradas dão consistência ao trabalho policial preventivo e dão um caráter formal às suas ações.

Ao definir as atividades que um policial comunitário executa e que diferem de um policial regular, os PMs destacam que o policial comunitário estabelece uma interlocução melhor com os residentes do bairro, o que resulta na troca de informações úteis. Assim confirma um operador:

(...) o policiamento comunitário realiza um trabalho de comunicação com o pessoal da do bairro. Estes passam informações pra Brigada que recebe informação para seu conhecimento. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)



A interação e a troca de informações pelos policiais são os diferenciais propostos pela filosofia de polícia comunitária, fato bem identificado neste grupo.

Com relação à responsabilidade dos PMs no espaço territorial da atividade de policiamento comunitário, foi relatado que, após o término da programação em núcleos, cada guarnição recebeu um bairro tanto para o atendimento de ocorrências, quanto pra realizar visitas.

Tem até metas de visitas de interações, que atualmente são três no dia e uma na parte da noite, por guarnição. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Foram atribuídas metas de visitas de interação para o dia e para a noite, para cada guarnição. Entretanto, os policiais se ressentem da falta de certa autonomia funcional com o objetivo de melhorar a sua atuação.

A divisão territorial, tanto para todas as atividades preventivas e repressivas, bem como as metas de interação e registros das interações demonstram-se acertados, em direção ao ideal propugnado pela filosofia de polícia comunitária.

Há de se repensar uma forma de conceder certa autonomia aos policiais dentro de seus espaços de responsabilidade.

Também é importante que consigam manter as atividades preventivas de visitas e reuniões, ao passo que atendem também as demandas emergenciais.

Na questão relativa à participação dos policiais em reuniões comunitárias nas suas áreas, ou em outros espaços para diálogo com os moradores, relataram os entrevistados que também utilizam grupos de WhatsApp, após cadastro, tendo por foco as reuniões comunitárias somente com lideranças. Percebe-se que um dos motivos disto é a linha de trabalho relatada pelos gestores que entendem mais acertado para implementar suas ações.

Já os operadores entendem ser uma melhor forma de organizar suas rotinas, baseados nos espaços mais amplos como comércios, do que residências.

Anteriormente já se trabalhava em contato com as pessoas, se pegava o telefone e perguntava como é que estavam, mas eram poucas destas

atitudes pois não dava tempo, devido à pressa em atender as outras ocorrências. Mas ao se reestruturar esta sistemática, com a presença dos policiais por bairros, mudou bastante. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Os moradores também se relacionam com os policiais que estão no programa por meio reuniões de escola e comércios. As visitas residenciais são menos usuais pois há certo medo ou receio. As escolas e os comércios são os espaços mais usuais de agremiações comunitárias. Por conseguinte, acredita-se que as visitas exitosas e com maior retorno de interação ocorrem nestes locais. Eles relatam que ainda ocorre receio das pessoas em interagir com a polícia.

O comunitário ele faz esse trabalho de comunicação com o pessoal né? que passa informação para brigada ou repassar informação para eles; (...) também tem um grupo de WhatsApp, com cadastro, endereço pra adicionar no grupo Tem ações no foco da reunião comunitária com lideranças do bairro né..., reuniões de escola sempre que possível; a maioria do pessoal do Comércio né? (...) Residencial já é mais (inaudível) a gente chegar numa casa e tentar explicar o morador é meio assustado, depois né? Acho que foi um pouco de medo aí... no comércio ali onde tem de pessoas tem uma melhor aceitação. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Ao se estruturar esta sistemática, os policiais percebem, porém, que algumas pessoas apoiam a polícia, outras não.

(...) a BM hoje está bem mais conhecida e há mais pessoas ao lado da polícia. Sempre há as que não gostam, especialmente as que têm problemas com a lei ou são ladrões. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Nos relatos das principais dificuldades no desenvolvimento das ações de polícia de comunitária, são apontados alguns problemas. Um deles é a dificuldade em intercalar as interações e os atendimentos com as ocorrências, devido à falta efetivo, o que toma tempo da parte de aproximação.

A outra, bem central, no sentido de ser característica fundamental do modelo de NPC inaugurado em 2014, é o auxílio moradia previsto no convênio de policiamento comunitário. Os operacionais relatam que este era um fator de dissenso entre o efetivo por acharem ser vantagem desigual entre determinados grupamentos da mesma unidade

(...) essa transformação foi boa pra todos, pois o efetivo do comunitário estava dividido, pois praticamente a metade recebia certa quantia de benefício da prefeitura para trabalhar e outra não. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

O efetivo dos 14 Núcleos do Batalhão se diferenciava por esta vantagem pecuniária em contraste com os demais PMs da unidade de outras atividades, tais como as Forças Táticas ou as guarnições de radiopatrulhamento vinculadas à central de despacho de ocorrências (190) nas 24 do dia, as quais não recebiam tal recurso de auxílio-moradia.

O policiamento comunitário estava funcionando, porém não tinha gente suficiente para fazer. Quando começou não tinha gente para fazer 24 horas, então acabava praticamente só policiamento ordinário à noite. Atualmente o Comandante da Companhia mudou colocando todo os policiais da Unidade fazendo as missões comunitário e ordinário, no caso o atendimento às emergências, e assim melhorou bastante. Aumentou a disponibilidade de viaturas na rua; (...) se tivesse mais gente para trabalhar 24 horas no bairro seria melhor. (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Os gestores da unidade adotaram providências para encerrar as atividades dos núcleos, integrando os policiais aos efetivos de toda a unidade. Estes, por sua vez, foram divididos em territórios coincidentes aos bairros.

Retorna-se ao a uma questão clássica, pois o atendimento de ocorrências diuturno, neste modelo atual, sufoca o tempo livre para atividade preventiva representada pelas visitas comunitárias.

Por fim, sugerem melhorias por meio de uma formação em que o policial conheça suas atribuições na área de aproximação comunitária e sobre as vantagens para a comunidade, a fim de expandir os horizontes sobre repressão e prevenção ao crime.

Um dos entrevistados comenta:

Eu acho que a formação seja cada vez melhor na PM, que o policial já saia sabendo quais as suas atribuições nesta área de aproximação comunitária; sobre os benefícios pra comunidade. Pra abrir essa visão que alguns têm de achar que polícia é só pra repressão ao crime. Desde o curso noto que tem policiais que não querem fazer as visitas comunitárias, (...), mas eles têm de entender que devem enfatizar a prevenção, conversando com a comunidade... (Operador de polícia comunitária, 3º BPM, Novo Hamburgo)

Neste grupo os policiais manifestaram um desejo de que ocorresse formação voltada para a visão preventiva, com o uso de estratégias centradas na filosofia de polícia comunitária. Registre-se que esse conteúdo de filosofia de policiamento comunitário está na base curricular da BM, pelo menos de 2001 até o presente. Assim, seria necessário aprofundar esta questão em outro estudo, de como isso está sendo repassado e assimilado em cada geração de policiais, tanto gestores quanto operadores.

Na visão dos entrevistados, portanto, o que é de fato necessário para que esse programa tenha sucesso é a formação policial, voltada para uma atuação que compreenda repressão e prevenção, nesse formato de visitas comunitárias e aproximação. Um ciclo completo de Polícia para não depender de informações e registros na Polícia Civil e metas de quantidade de visitas comunitárias padronizadas.

Os operacionais percebem que a prevenção é parte relevante da atividade e creditam à formação um papel preponderante nesta cultura. As visitas comunitárias são compreendidas como evolução e futuro da atividade policial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Revedo os objetivos propostos, no sentido de responder ao problema de pesquisa e verificá-lo em relação às hipóteses, com base na metodologia empregada, pode-se observar como foram aplicados ao policiamento comunitário os princípios norteadores dos programas específicos em Passo Fundo e em Novo Hamburgo.

A pesquisa conseguiu identificar processos e posturas que norteiam o planejamento e gestão das frações de policiamento comunitário voltado para as necessidades dos Programas e da coletividade.

Na realização das interações em campo, também foi possível verificar a aplicação dos princípios propostos para cada programa bem como sua dificuldade de implementação e, até mesmo sua solução de continuidade.

A problemática em sua questão central indagava como as ações preventivas propostas pela filosofia de Polícia Comunitária foram incorporadas e aplicadas pela Brigada Militar em Passo Fundo e Novo Hamburgo.

Desdobrando as especificidades elencadas, pôde-se realizar uma análise específica.

A adoção de indicadores de proatividade na Brigada Militar permitiu verificar a adoção de ações preventivas inspirados na filosofia de Polícia Comunitária propostos? Sim, eis que isto foi verificado como satisfeito, tendo a BM incorporado aos sistemas informatizados de controle, o rol de ações proativas para cada programa de policiamento, descritas como “Operação de Policiamento Comunitário” no MCOP.

Estes indicadores das atividades proativas corresponderam à realidade de interação efetuada pelos programas? Sim. Apesar das dificuldades abordadas nos grupos foi verificado que elas ocorrem em ambas as unidades pesquisadas, verificáveis nas entrevistas e registros no sistema MCOP.

Com relação à relevância, para os gestores e executores, dos procedimentos adotados no registro de interação e aproximação, há uma sutil dissenção. Se, por um lado, os gestores, nos dois grupos focais das duas cidades concordam quanto à importância dos relatórios de visita comunitária, residencial ou comercial, como por exemplo a promoção de palestras e o acompanhamento de medidas protetivas, de outro lado, em razão de fatos históricos (trocas de governos e solução de continuidade em convênios), enfrentam dificuldades crônicas, como redução de efetivo, envelhecimento da frota de veículos, e suas gestões passam a adotar novas práticas que são contrárias aos princípios fundamentais.

Por exemplo, a desvinculação dos PMs nos territórios é crescente em ambas as cidades. Uma tendência que poderá resultar em menor efetividade na segurança da comunidade. Outro problema é a baixa participação dos executores no processo

de interação, sobretudo em Novo Hamburgo, reduzindo o leque de possibilidades de soluções, uma vez que somente os gestores estão envolvidos com esta rotina. A rotatividade de efetivos dos extintos núcleos em Passo Fundo é outro fato negativo.

Outro problema específico versa sobre a importância da responsabilidade territorial na execução da atividade de policiamento comunitário. A dinâmica da gestão, em face das dificuldades crônicas abordadas, cada vez mais acentuam este problema. Mais intenso é o afastamento e desvinculação do território, no âmbito da responsabilidade cotidiana das guarnições. É uma era da generalização da responsabilidade sobre a condução das ações por parte dos operacionais, com base em apontamentos pós estatísticos.

Soma-se a isto, a retomada da coordenação de processos de forma central junto às Salas de Operações (Central 190), como ocorre em Novo Hamburgo. Cabe destacar, ainda, que o término de práticas do Programa de Núcleos de Policiamento Comunitários, com a migração de suas práticas para os demais efetivos de policiamento ordinário das frações dos 3º RPMon e do 3º BPM, por seus motivos alegados, não garante uma boa transposição. É provável que se reduzam as atuações interativas que eram feitas por PMs específicos, em respectivos territórios de atuação.

Acerca das dificuldades e problemas existentes na aplicação das atividades e registros, pode-se dizer que este procedimento se sedimentou, porém a sua intensidade e análise de seus impactos estão à mercê de dois motores: o número de programas de interação de policiamento comunitário ativos na unidade, que vemos que tendem a ser reduzidos, e o baixo uso deste recurso como referência para análise na promoção de melhorias de segurança.

Assim sendo, tinha-se como hipótese principal que, tanto em Passo Fundo, quanto em Novo Hamburgo, a BM estaria desenvolvendo e registrando ações de polícia comunitária. Esperava-se tal verificação, aplicadas de acordo com as Diretrizes da Corporação, nas respectivas comunidades e territórios da amostra, em razão do trabalho cotidiano aplicado, decorrente do exercício da atividade rotineira e das estratégias implicadas nele, adaptado e inspirado na filosofia deste modo de ação.

Esta hipótese foi parcialmente confirmada. No quesito que trata do registro de atividades, isto foi devidamente confirmado pelas análises quantitativas e qualitativas no decurso da pesquisa. Entretanto, na questão da aplicação de práticas de acordo com as doutrinas, verifica-se uma fragilidade na relação entre policiais e comunidade, especialmente pela redução das suas atuações junto aos territórios iniciais, pelos motivos já expostos (fim dos convênios de núcleos, déficit de efetivos, entendimento de gestores etc.).

Com relação à hipótese de que gestores e executores efetuam os procedimentos preconizados para o registro de interação (relatório de visita comunitária, residencial ou comercial, palestras e acompanhamento de medida protetiva) foi confirmada.

Nesta questão é importante destacar que estes procedimentos subsistem por força de compreensão dos executores, ditos operacionais nesta pesquisa, mais do que entre os gestores, cujas opiniões divergem, especialmente na questão concernente à descentralização do policiamento e dos programas e a forma de participação da tropa junto as reuniões comunitárias.

Por fim, a hipótese de haver a identidade dos executores e gestores com o território em que se aplicam os programas de policiamento comunitário, foi parcialmente confirmada. Alguns entrevistados mais antigos nos programas destacam o grande envolvimento nas atividades, com forte identificação territorial que remontam aos anos de 2014 em diante. Entretanto, os mais jovens, especialmente os gestores, em meados de 2018 e 2019, além de serem sujeitos das alternâncias e renovação nas suas funções, as práticas de gestão que adotaram eventualmente não contribuíram para esta vinculação e estabelecimento de relação de identidade com as comunidades dos bairros.

Diante do exposto, é possível dizer que a pesquisa, tal como foi conduzida, permitiu responder à questão central do problema: Como as ações preventivas propostas pela filosofia de Polícia Comunitária foram incorporadas e aplicadas pela Brigada Militar em Passo Fundo e Novo Hamburgo? Há excelentes relatos de experiências de operadores e gestores do policiamento comunitário, nos diversos programas definidos pelas diretrizes corporativas. Elas apresentam a execução adequada com suas adaptações, demonstrando que os efetivos, compreendem o

papel da atividade de prevenção que estão contidas e representadas nas suas atividades.

Os processos de gestão, em face das demandas por atendimentos as emergências e dificuldades de recursos materiais e humanos, induzem os gestores a posicionamentos sem base técnico-científica, contrariando até mesmo os princípios das diretrizes corporativas, concorrendo em prejuízo da manutenção do policiamento comunitário nestas cidades, o que pode resultar em perda de identidade, confiança e de qualidade dos serviços de segurança comunitária.

Com base neste estudo e nas experiências adquiridas, pode-se sugerir como política institucional saneadora que sejam enfatizadas aos gestores intermediários da corporação, tanto na formação quanto em cursos de especialização de carreira, a importância da responsabilidade territorial como forma de exercício da atividade de polícia comunitária.

Também reafirmar que a interação com a comunidade seja reconhecida como forma de diagnosticar e melhor desenvolver a segurança pública e que o conjunto de ações que caracterizam esta filosofia, seja compreendida como forma de exercício profissional qualificado, sendo cada vez mais incorporada às boas práticas de suas gestões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 667, de 02 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto Estadual nº 51.388, de 17 de abril de 2014, RS.** Institui o Programa Estadual de Policiamento Comunitário, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e cria Comitê Gestor.



\_\_\_\_\_. **Manual de Policiamento Comunitário. Polícia e comunidade na construção da segurança.** Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2009.

\_\_\_\_\_. **Programa de Polícia Comunitária – Sistema Koban, adaptado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo**, 3. Ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária - Sistema koban (CIMPC-SK)**, Brasília, DF, 2015.

AMARAL, Marco Antônio dos Santos; MACHADO, André Marcelo Ribeiro. **Curso de Especialização Multidisciplinar em Administração Policial Militar. Análise do Projeto Piloto de Polícia Comunitária no Bairro Guajuviras, no município de Canoas, RS.** Porto Alegre, 2009.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento. Uma Análise Internacional Comparativa.** Tradução de René Alexandre Belmont. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo. 2001. Serie Polícia e Sociedade, nº 1, 267 p.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia.** Passo Fundo, Editora Berthier, RS, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa. Edições 70, 1994.

BITNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002 (Série Polícia e Sociedade).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRIGADA MILITAR. **Diretriz Geral de Polícia Comunitária nº 33/BM/EMBM de 17 de Novembro de 2016.**

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DAL'LAGO, Sívio Andreis. **A polícia ostensiva como instrumento potencializador de direitos humanos e a organização comunitária**. Porto Alegre, 2004 - Dissertação de Mestrado - Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em serviço social. PUCRS, 2004.

GAMBINI, S. **Violência Doméstica: Uma Abordagem Preliminar**. Cad. Serviço Social. PUC Campinas, 1998.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade n. 9.)

KHAN, Túlio. **A Velha e a nova polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual**. São Paulo: Sicurezza 2002.

IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>. Acesso em 28 de Set 2020, as 1230h)

IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>. Acesso em 28 de Set 2020, as 1330h)

MACHADO, André Marcelo Ribeiro. **Melhorias na imagem do policial comunitário através da substituição do armamento bastão convencional e especial pelo bastão retrátil norte-americano (arsenal systems and procedures – tactical baton) e similar**. Passo Fundo: UPF. Monografia do Curso de Especialização em polícia comunitária, 1999.

MACHADO, André Marcelo Ribeiro. **Polícia Comunitária. Boas práticas na gestão da segurança pública**. Porto Alegre. Editora Spazio Itália. 2017.

MARCONATTO, Cristiano Cuozzo. **A filosofia de polícia comunitária como mecanismo de operacionalização da relação polícia/comunidade**. A superação

do antagonismo entre atividade policial e proteção de direitos fundamentais. In: Direito e Políticas Públicas VI.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento- Pesquisa qualitativa em saúde**. 3ª Ed. São Paulo: HUCIPEC, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brigada Militar. Departamento de Ensino, Seção de Projetos. **Polícia Comunitária: Manual do Instrutor**, 2004.

OLIVEN, R. In: **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 1989.

OLIVEIRA, Marcelo P. das Neves de. **Polícia Comunitária no Mundo: breve histórico**. Artigo Pronasci. Acesso em 26 de junho de 2021, [http://arquivos.informe.jor.br/clientes/justica/pronasci/informativo\\_pronasci/Artigo\\_ed\\_118.pdf](http://arquivos.informe.jor.br/clientes/justica/pronasci/informativo_pronasci/Artigo_ed_118.pdf).

PERES, Júlio Cesar Araujo. **Manual de Polícia Comunitária**. Brigada Militar. Rio Grande do Sul, 1998.

PERES, Júlio César Araújo. **Polícia Comunitária. Polícia e Comunidade na busca de soluções conjuntas para os problemas de segurança**. Porto Alegre. 3ª Edição. 2001.

PINHEIRO, Vanderlei Martins. **A polícia de quarteirão. Como ideia setorizada BM/RS/83**. Ed Presença 1988.

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO. **Questões e práticas através do mundo**. Tradução de Ana Maria Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, (Série Polícia e Sociedade; nº6, 127p).

SKOLNICK, Jerome H; BAILEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do mundo.** Tradução de Ana Luísa Amêndoa Pinheiro. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade nº 6)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar.** Trad. Mina Seinfeld de Carakuschansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Editora Parma, 1994.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e diferença na modernidade recente,** 2002. Editora: Revan.

ZALUAR, Alba. **In: Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

## APÊNDICE ÚNICO

### **Roteiro de perguntas, Gestores, Coordenadores e Operadores dos Programas de Policiamento Comunitário na Área do 3º Batalhão e 3º RPMon.**

Apresentação da Pesquisa  
Assinatura do Termo de Consentimento  
Preenchimento da Ficha de Cadastro


1. Vocês podem contar um pouco sobre as atividades/ações que desenvolvem no policiamento comunitário?
2. Como veio a integrar o programa de polícia comunitária?
3. Quando começou a atuar no Programa?
4. As ações no programa são registradas?
5. Quais os formulários utilizados? Que outras formas de controles são usados?
6. Na sua opinião, como os procedimentos adotados no registro de interação e aproximação (relatório de visita comunitária, residencial ou comercial, palestras e acompanhamento de medida protetiva) podem ajudar no acompanhamento das atividades de policiamento comunitário?
7. Quais são as atividades que um policial comunitário executa, diferente de um policial de rádio patrulha regular?
8. Qual a responsabilidade de vocês em relação ao espaço territorial na execução da atividade de policiamento comunitário?
9. Vocês participam de reuniões comunitárias nas suas áreas? Como são as reuniões?
10. Como os moradores se relacionam com os policiais que estão no programa? (Ex.: grupos de WhatsApp ou outras formas de interação.)
11. Existem lideranças que se destacam?
12. Além de reuniões comunitárias, que outros espaços existem para diálogo com os moradores?
13. Quais as principais vantagens em ser um integrante do programa de polícia comunitária?
14. Quais as principais dificuldades no desenvolvimento das ações de polícia de comunitária?
15. O que poderia ser melhorado, em termos de implementação desse tipo de programa na sua localidade?
16. O que é de fato necessário para que esse programa tenha sucesso?
17. Há alguma observação que você gostaria de fazer ou acrescentar a essa entrevista?

Resumo: deixar tempo para recapitular o que foi dito.  
Agradecimentos e conclusão da entrevista.

## ANEXO ÚNICO

## Ficha de Visita Comercial e/ou Ficha de Visitas Residenciais

FRENTE

	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		OPM	
	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		NPC:	
	BRIGADA MILITAR		Nome do Estabelecimento:	
	VISITA COMUNITÁRIA		GU:	
	( ) RESIDENCIAL ( ) COMERCIAL		Data/hora da Elaboração: ____ / ____ / ____ - ____ h ____ min	
Endereço:			Telefone:	
Nome do Proprietário (a) / Morador (a)	Data Nascimento	Contato Tel.	Endereço:	
			e-mail:	
Responsável / Esposa (o)	Data Nascimento	Contato Tel.	Endereço:	
			e-mail:	
Funcionário / Familiar	Data Nascimento	Contato Tel.	Endereço:	
			e-mail:	
ME Responsável:	Assinatura:		Visto Cmt:	

